Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

UNCISAL 2010-2014

LISTA DE SIGLAS

ASCOM Assessoria de Comunicação
BIREME Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS Centro de Atenção Psicossocial
CCEB Centro de Cirurgia Experimental e Biotério
CEAAD Centro de Estudos e Atenção ao Alcoolismo
e outras Dependências
CED Centro de Educação a Distância
CEDIM Centro de Diagnóstico de Imagem
CEE/AL Conselho Estadual de Educação do Estado de Alagoas
CIN Gerência de Controladoria Interna
CNE/CP Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CNES Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU Conselho Superior Universitário
CPA Comissão Própria de Avaliação
CPML Centro de Patologia e Medicina Laboratorial
CRFB Constituição da República Federativa do Brasil
DCE Diretório Central dos Estudantes
DCNs Diretrizes Curriculares Nacionais
DHEG Doença Hipertensiva Específica da Gravidez
DINTER Projetos de Doutorado Interinstitucional
DOU Diário Oficial da União
DST Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECMAL Escola de Ciências Médicas de Alagoas
ENSP Escola Nacional de Saúde Pública
EPIs Equipamentos de Proteção Individual
ETSAL Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora
FAL Faculdade de Alagoas
FAPEAL Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas
FINEP Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
FITS Faculdades Tiradentes
FORPROEX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Brasileiras
FUNGLAF Fundação Governador Lamenha Filho
GAE Gerência de Assistência Estudantil
GAF Gerência de Apoio Financeiro
GAO Gerência de Apoio Orçamentário
GAR Gerência de Núcleo de Administração de Recursos Humanos
GCA Gerência de Controle Acadêmico
GCEL Gerência de Cultura, Esporte e Lazer
GDE Gerência de Desenvolvimento Estudantil
GDEP Gerência de Desenvolvimento de Pessoas
GDPE Gerência de Desenvolvimento Pedagógico
GEI Gerência de Expansão e Inovação Acadêmica
GETIN Gerência de Tecnologia da Informação
GEX Gerência de Extensão
GFIN Gerência Financeira
GGEA Gerência de Apoio à Gestão Acadêmica
GHU Gerência de Humanização
GLATO Gerência de Pós Graduação Lato Sensu
GPAF Gerência de Núcleo de Funcionalidades e Normas
GPAG Gerência de Núcleo de Pagamento Funcional
GPE Gerência de Pesquisa
GPLAN Gerência de Planejamento Orçamentário e Financeiro
GSA Gerência de Serviços Administrativos
GSTRICTO Gerência de Pós–Graduação stricto sensu
HEHA Hospital Escola Dr. Hélvio Auto
HEPR Hospital Escola Portugal Ramalho
HGE Hospital Geral do Estado Osvaldo Brandão Vilela
HIV Vírus da Imunodeficiência Humana
HTLV Human T cell Lymphotropic Virus Type
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IES Instituições de Ensino Superior
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIB Laboratório de Instrumentação Biomédica
LOA Lei Orçamentária Anual
MEC Ministério da Educação
MS Ministério da Saúde
CED Centro de Educação a Distância
NIT Núcleo de Inovação Tecnológica
NITE Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias para a Educação
NPDI Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
OPI Orçamento Plurianual de Investimentos
PAI Plano de Ações Imediatas
PARFOR Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE Plano Nacional de Educação
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE Plano Estadual de Educação
PIB Produto Interno Bruto
PIBIC Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
Pnad Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPA Plano Plurianual
PROBIC Programa de Bolsa de Iniciação Científica
PROEG Pró-Reitoria de Ensino e Graduação
PROEST Pró-Reitoria Institucional Estudantil
PROEX Pró-Reitoria de Extensão
PROGESP Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGEST Pró-Reitoria de Gestão
PROPEP Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RENORBIO Rede Nordeste de Biotecnologia
Rns Recém nascidos
SAE Serviço de Assistência Especializada
SAPIEns Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino
Superior
SESAU Secretaria Estadual de Saúde
SESu Secretarias de Educação Superior
SETEc Educação Profissional e Tecnológica
SIGProj Sistema de Informação e Gestão de Projetos Universitários
SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SND Serviço de Nutrição e Dietética
SUS Sistema Único de Saúde
SVO Serviço de Verificação de Óbitos
SVS/MS Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde
UAB Sistema Universidade Aberta do Brasil
UFAL Universidade Federal de Alagoas
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UNCISAL Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo
UTI Unidade de Tratamento Intensivo

APRESENTAÇÃO

Com a edição da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ficou estabelecido pelo Ministério da Educação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que iniciou um processo de revisão das atribuições e competências nas estruturas de apoio do Ministério. No contexto desta revisão, constatou-se a necessidade de introduzir, como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior - IES, o planejamento estratégico da instituição, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Apostilas Solução

Em dezembro de 2004, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, através das Secretarias de Educação Superior (SESu), de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS, publicou Diretrizes para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cujos pressupostos básicos, orientação geral e eixos temáticos foram posteriormente detalhados, através do Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006.

Elaborar um documento atendendo simplesmente às exigências contidas nas Diretrizes, no entanto, não garante a existência de um processo de planejamento na Instituição, norteador das tomadas de decisões em todas as instâncias e assegurando a prática de uma gestão democrática, responsável e transparente.

A busca de novos horizontes nas organizações administrativas levou à necessidade de planejamento, com objetivos bem definidos a serem alcançados.

Para as instituições de ensino público, planejar aparece como palavra de ordem e ferramenta fundamental para mudar o panorama de dificuldades na administração, caracterizado por ineficiência, ineficácia e falta de controles, para o comprometimento com a valorização do desenvolvimento humano, científico e tecnológico.

Em uma universidade pública estadual, além de ser observada a velocidade das transformações sociais e da ciência, urge concentrar seus esforços no compromisso com a sociedade que a financia, atendendo à crescente exigência de qualidade no serviço público, melhoria contínua na formação voltada para o desenvolvimento sustentável, linhas de ações de uma nova cultura administrativa, com objetivos claros, plausíveis e possíveis de realizar.

Partindo desses pressupostos iniciais, o processo de construção do PDI deve ser participativo, vislumbrando que o essencial não está no Plano em desenvolvimento, mas sim no processo para desenvolvê-lo, em que cada uma das unidades envolvidas elabora seu próprio planejamento, tomando como referência suas necessidades e potencialidade e elaborando estratégias a curto, médio e longo prazos.

A Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas passou à condição de Universidade em dezembro de 2005, através da Lei nº 6.660. Ainda como Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas elaborou um PDI em 2005, que pretendia consubstanciar o Planejamento Estratégico realizado em 2004. Após esse período avança em um processo de consolidação de seu papel como Universidade pública, gratuita, estadual, voltada preferencialmente para a área de saúde.

Em outubro de 2009, uma nova gestão assumiu o comando da Instituição, com programação de metas voltadas para a execução dos planos e objetivos indicados no Planejamento Estratégico de 2009, que foi revisto em dois momentos.

Em um primeiro momento, em novembro de 2009, foi elaborado um plano PAI, Plano de Ações Imediatas, com a participação de representantes e gerentes de todas as unidades, visando planejar ações a curto prazo, nos primeiros 90 dias de gestão. A matriz de prioridades indicou atividades a serem desenvolvidas nas Pró-Reitorias e nas Unidades Acadêmicas.

Após o cumprimento de quase 100% da matriz de prioridades do plano PAI, foi realizada uma oficina para estruturar a operacionalização do Planejamento Estratégico, com os temas: conceitos básicos de planejamento, avaliação do PAI, definição de visão, missão, análise interna, externa, definição de objetivos, das ações e elaboração de modelo operativo.

O passo seguinte foi construir a elaboração do PDI, que é considerado o documento mestre da Administração, concebido pela e para a UNCISAL, como uma diretriz para o seu crescimento nos próximos cinco anos. Em 08 de janeiro de 2010, através da Portaria do Gabinete da Reitoria Nº. 038 foi instituída uma comissão para estudos e elaboração do PDI, sob a coordenação da Profa. Dra. Almira Alves dos Santos, Vice- Reitora, considerando a legislação em vigor no país e tendo como finalidade apoiar os processos decisórios e orientar as ações institucionais, assegurando a racionalidade, transparência e participação democrática na gestão.

Assim, a UNCISAL concretiza o trabalho de toda a comunidade universitária que se envolveu na elaboração do documento que propõe o presente Plano de Desenvolvimento Institucional.

I - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 MISSÃO

Desenvolver atividades interrelacionadas de ensino, pesquisa, extensão e assistência, produzindo e socializando conhecimento, contribuindo para a formação de profissionais aptos a implementar e gerir ações que promovam o desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas da sociedade alagoana.

1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A construção da UNCISAL iniciou com a criação da Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL – que surgiu para atender aos excedentes do vestibular do curso de Medicina da UFAL, em 1968. O Decreto 73.754, de 06 de março de 1974 põe a Fundação Governador Lamenha Filho – FUNGLAF – como mantenedora da ECMAL. Após a extinção da FUNGLAF, surgiu a Fundação Universitária

Apostilas Solução

de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – UNCISAL – com as Faculdades de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina e Terapia Ocupacional, tendo como órgãos de apoio os Hospitais Escola Dr. José Carneiro, Portugal Ramalho, Dr. Hélvio Auto, Maternidade Escola Santa Mônica e Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde de Alagoas. Em 2003 a UNCISAL é reestruturada pela Lei nº 6.351 e passa a ser composta das Faculdades, Hospitais e Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora. Em dezembro de 2005, após visita de avaliadores externos e homologação do Parecer pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas, a UNCISAL passa à condição de Universidade, através da Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005.

Atualmente a UNCISAL é constituída de cursos de bacharelado (Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina e Terapia Ocupacional);
cursos tecnológicos superiores (Sistemas Biomédicos, Processos Gerenciais, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnológico em Radiologia) e cursos Técnicos (Educação Profissional, Escola de Auxiliares de Enfermagem e Escola Multiprofissionalizante).

Como órgãos de apoio às suas atividades acadêmicas a Universidade conta com o Hospital Escola Hélvio Auto, o Hospital Escola Portugal Ramalho e a Maternidade Escola Santa Mônica, enquanto Unidades Assistenciais; e o Serviço de Verificação de Óbitos, Centro de Patologia e Medicina Laboratorial, Clínicas de Fonoaudiologia, Clínica de Fisioterapia e Clínica de Terapia Ocupacional enquanto Unidades de Apoio Assistencial.

1.3 OBJETIVOS

Consolidar a UNCISAL, como referência de qualidade no ensino, pesquisa, extensão e assistência, através do atendimento dos seguintes objetivos: - Aprofundar a integração da UNCISAL com o Estado, com os municípios com vistas à promoção do desenvolvimento da saúde e da educação do estado e da região;

- Consolidar os cursos de graduação;
- Consolidar cursos e programas de pós-graduação;
- Fortalecer as ações de extensão;
- Viabilizar as condições estruturais e técnico-administrativas na UNCISAL;
- Definir e implantar o modelo de gestão democrática e participativa;
- Melhorar a oferta das ações de atenção à saúde a população; e
- Implantar a política estudantil.

1.4 METAS QUANTIFICADAS

METAS / ÁREAS	PERÍODO				
1. ENSINO DE GRADUAÇÃO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
1.1 Realizar estudos para implantação de novos cursos presenciais;	X	X	X	-	-
1.2 Implantar novos cursos presenciais;	-	-	-	1	-
1.3 Orientar e acompanhar o processo de construção dos projetos político pedagógicos dos cursos a serem implantados;	X	X	X	X	-
1.4 Realizar estudos para implantação de cursos na modalidade a distância;	-	-	X	X	X
1.5 Implantar cursos na modalidade a distância;	-	-	-	1	2
1.6 Realizar estudos para o aumento de vagas no Processo Seletivo;	X	X	X	-	-
1.7 Participar e promover ações de atualização e melhoria da gestão acadêmica;	X	X	X	X	X
1.8 Institucionalizar e implementar as ações do Fórum de Gestão Acadêmica;	X	X	X	X	X
1.9 Estabelecer contatos sistemáticos com as Pró-Reitorias para viabilizar ações conjuntas;	X	X	X	X	X
1.10 Articular e apoiar as ações de educação a distância em suas diversas modalidades;	X	X	X	X	X
1.11 Subsidiar, de forma articulada com o CED, a implementação das TICs nos cursos de graduação;	X	X	X	X	X
1.12 Discutir a estruturação da "área verde" nos mapas de horários de todos os cursos;	X	X	-	-	-
1.13 Discutir e implementar atividades multidisciplinares nas estruturas curriculares dos cursos;	-	X	X	-	-
1.14 Discutir e ampliar a oferta de atividades complementares e eletivas, conforme definições dos PPCs;	X	X	X	X	X
1.15 Discutir e institucionalizar as normas de regulamentação dos TCCs;	X	X	-	-	-
1.16 Criar mecanismos para redução das taxas de evasão e do trancamento de matrículas nos Cursos de Graduação;	X	X	X	X	X
1.17 Estimular a participação dos discentes nos fóruns de discussão acadêmica;	X	X	X	X	X
1.18 Favorecer a reestruturação dos PPCS de todos os cursos;	X	X	X	X	X

Apostilas Solução

1.19 Discutir e definir os eixos temáticos comuns aos cursos da UNCISAL;	-	X	X	-	-
1.20 Incrementar a adoção das competências e habilidades de liderança, comunicação e empreendedorismo na formação do egresso;	X	X	X	X	-
1.21 Padronizar nos PPCs dos cursos o modelo de ementário;	X	X	-	-	-
1.22 Implementar modelo avaliativo de caráter formativo para o monitoramento longitudinal do rendimento dos alunos;	-	X	X	-	-
1.23 Definir, normatizar e regulamentar estratégias de avaliação do desenvolvimento dos PPCs;	X	X	X	-	-
1.24 Redistribuir a carga horária dos cursos, atendendo ao princípio da aproximação da teoria com a prática e do conhecimento básico com o profissionalizante;	-	X	X	-	-
1.25 Garantir assessoria pedagógica aos cursos;	X	X	X	X	X
1.26 Apoiar a implantação de projetos ministeriais voltados ao contexto acadêmico;	X	X	X	X	X
1.27 Ampliação e aperfeiçoamento constante de programas relacionados ao ensino;	X	X	X	X	X
1.28 Elaborar e implementar em articulação com a PROEST, o Programa de Bolsas de Monitoria;	-	X	X	-	-
1.29 Discutir, elaborar e implementar, em articulação com a PROEST, o Programa de Nivelamento Discente;	-	X	X	-	-
1.30 Discutir e implementar, em articulação com a PROEST, estratégias de ensino aprendizagem para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais;	-	X	X	X	-
1.31 Avaliar e aperfeiçoar as formas de acesso à universidade;	X	X	X	X	X
1.32 Instituir a disciplina de LIBRAS nos cursos;	-	X	X	-	-
1.33 Discutir, criar e implementar de forma articulada com as demais Pró-Reitorias o Programa de Desenvolvimento Docente;	X	X	X	-	-
1.34 Promover capacitações para diversificação de práticas pedagógicas;	X	X	X	X	X
1.35 Discutir e definir critérios e formas de incentivo aos docentes, discentes e técnicos, para participação em eventos científicos;	-	X	-	-	-
1.36 Discutir e estabelecer critérios e formas de avaliação docente;	-	X	X	-	-
1.37 Discutir e instituir a política de meritocracia;	-	X	X	-	-
1.38 Institucionalizar encontros pedagógicos sistemáticos;	X	X	X	X	-
1.39 Implementar ações para aprimoramento do processo de ensino aprendizagem nos serviços;	-	X	X	X	X
1.40 Promover análises sistemáticas dos resultados de avaliações internas e externas dos cursos para subsidiar o planejamento do ensino de graduação;	X	X	X	X	X
1.41 Criar estratégia operacional de atualização contínua das informações dos docentes, discentes, necessárias à avaliação interna e externa subsidiando o planejamento contínuo das ações acadêmicas (CENSO, CPA, ENADE);	X	X	X	X	X
1.42 Articular a readequação das Unidades Complementares, de Apoio e de Ensino Profissional da UNCISAL, para atendimento às demandas dos cursos;	X	X	X	X	X
1.43 Incentivar e apoiar de forma articulada com a Reitoria, o credenciamento das Unidades Hospitalares da UNCISAL como Hospitais de Ensino;	-	X	X	X	X
1.44 Ampliar a realização de convênios com vistas à realização das práticas profissionais;	X	X	X	X	X
1.45 Promover a adequação permanente da infraestrutura dos espaços de ensino;	X	X	X	X	X
1.46 Divulgar, sistematicamente, a legislação referente à educação superior para adequação dos processos internos;	X	X	X	X	X
1.47 Ajustar os editais dos processos seletivos para contemplar os recursos necessários ao atendimento às necessidades das pessoas com deficiências para critérios de aplicação e de correção das provas;	X	X	-	-	-
1.48 Normatizar processos e rotinas acadêmicas e administrativas;	X	-	-	-	-
1.49 Revisar e divulgar os manuais do aluno, do professor e do coordenador de Curso de Graduação;	-	-	X	-	-
1.50 Avaliar e aperfeiçoar as formas de acesso à Universidade;	X	X	X	X	X
1.51 Adequação permanente dos processos seletivos de acesso a graduação e aos programas relacionados ao ensino;	X	X	X	X	X
1.52 Institucionalizar o grupo de gestão curricular (NDE) com definição de atribuições e carga horária;	X	X	-	-	-
1.53 Implementar de forma articulada com as demais Pró-Reitorias e Coordenações de Cursos o Programa de Acompanhamento dos Egressos.	-	X	X	X	X

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
2.1 Identificar grupos de docentes com interesses para ingressar em programas de pós-graduação de *stricto sensu*;	X	-	-	-	-
2.2 Identificar instituições com potencial para oferecer aos docentes da UNCISAL cursos do tipo MINTER e DINTER;	X	X	X	-	-
2.3 Reformular as normas internas relativas aos cursos de pós-graduação *lato sensu*;	X	-	-	-	-
2.4 Aumentar o número de cursos de pós-graduação *lato sensu*;	1	3	3	1	-
2.5 Oferecer cursos lato sensu direcionados à formação docente para os profissionais do ensino da UNCISAL e profissionais dos serviços que atuam em preceptoria;	-	X	X	X	-
2.6 Aumentar o número de Residências em Saúde;	-	1	1	1	-
2.7 Aumentar o número de docentes titulados nos cursos de mestrado e doutorado tendo como referência o percentual existente no ano 2010.	-	10%	5%	5%	-

3. ENSINO TÉCNICO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
3.1 Formar Técnico de Enfermagem;	-	-	3072	-	-
3.2 Formar trabalhadores de nível médio da odontologia em Técnicos em Saúde Bucal;	-	-	790	-	-
3.3 Formar Técnicos em Vigilância a Saúde;	-	-	1152	-	-
3.4 Formar Técnicos em Análises Clínicas;	-	60	-	-	-
3.5 Qualificar Agentes Comunitários de Saúde;	-	300	-	-	-
3.6 Curso de aperfeiçoamento para Agentes Comunitários de Saúde em promoção da saúde da mulher e do recém-nascido;	-	-	2150	-	-
3.7 Curso de aperfeiçoamento para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que atuam na Atenção Primária à saúde da mulher e do recém-nascido;	-	-	563	-	-
3.8 Curso de aperfeiçoamento para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que atuam na Maternidade;	-	-	462	-	-
3.9 Curso de aperfeiçoamento para Auxiliares e Técnicos da Enfermagem que atuam em Cuidado Intensivo Neonatal;	-	-	216	-	-

Apostilas Solução

3.10 Curso Técnico de Enfermagem para a comunidade;	-	-	40	-	-
3.11 Curso Técnico em Análises Clínicas para a comunidade;	-	-	40	-	-
3.12 Curso Técnico em Saúde Bucal para a comunidade.	-	-	40	-	-

4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
4.1 Definir a política institucional de apoio à produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação para educação;	X	-	-	-	-
4.2 Institucionalizar e implementar as ações do CED;	X	X	X	X	X
4.3 Encaminhamento, tramitação e aprovação institucional da proposta de criação do CED;	X	X	X	-	-
4.4 Implantação do CED, com local e corpo técnico próprio;	-	X	-	-	-
4.5 Implementar a política estabelecida, por meio de mecanismos institucionais;	-	X	X	-	-
4.6 Implementar as Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação – TICs nos diversos cursos/segmentos da UNCISAL;	-	X	X	X	-
4.7 Realizar um diagnóstico das necessidades de infra-estrutura para EAD;	X	-	-	-	-
4.8 Elaboração de um plano de investimento em infra-estrutura de EAD;	X	-	-	-	-
4.9 Elaboração de projetos para obtenção de recursos financeiros junto às fontes de financiamento para infra-estrutura de EAD;	X	X	X	X	-
4.10 Buscar fontes de financiamento externo para infra-estrutura de EAD;	X	X	X	X	-
4.11 Criação da Webrádio UNCISAL;	-	-	X	-	-
4.12 Elaboração do plano de divulgação sobre a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação;	X	-	-	-	-
4.13 Execução do Plano de Divulgação;	-	X	X	X	-
4.14 Criação de um sítio eletrônico para disponibilizar informações sobre atividades de EAD;	-	-	-	X	-
4.15 Disponibilização de informações sobre atividades de EAD na UNCISAL, por meio do sítio eletrônico;	-	-	X	X	-
4.16 Estabelecimento formal de relações de colaboração com uma instituição local para o desenvolvimento de atividades e de pesquisa relacionadas com EAD;	-	-	X	-	-
4.17 Estabelecimento formal de relações de colaboração com uma instituição local e uma nacional para o desenvolvimento de atividades e de pesquisa relacionadas com EAD;	-	-	-	X	-
4.18 Desenvolvimento de uma atividade de cunho institucional para intercâmbio de experiências em EAD;	-	-	X	X	-
4.19 Oferta de cursos de graduação – Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física em adesão ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR;	2	-	-	-	-
4.20 Oferta de cursos superiores de tecnologia;	-	-	-	1	-
4.21 Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e UNASUS;	-	-	-	1	-
4.22 Oferta de curso de extensão a distância em atenção ao Programa de Formação Continuada Mídias na Educação;	1	-	-	-	-
4.23 Oferta de cursos de extensão a distância;	-	-	-	1	-
4.24 Definição de uma política institucional de formação e aperfeiçoamento de pessoas para atuação em equipes de EAD;	X	-	-	-	-
4.25 Elaboração de uma proposta de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo e de apoio da UNCISAL;	-	-	-	X	-
4.26 Implementação da política estabelecida, promovendo atividades de formação e capacitação, conforme demanda da instituição.	-	-	-	X	-

5. PESQUISA					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
5.1 Difundir junto à comunidade acadêmica a importância da pesquisa científica, como ação capaz de gerar tecnologia e inovações;	X	X	X	X	X
5.2 Conhecer *in loco* as condições de funcionamento dos laboratórios de pesquisa da UNCISAL;	X	-	-	-	-
5.3 Mapear a potencialidade de desenvolvimento científico e tecnológico dos pesquisadores da UNCISAL;	X	X	-	-	-
5.4 Consolidar os grupos de pesquisa da UNCISAL;	X	X	X	X	X
5.5 Apoiar os projetos de pesquisa na sua elaboração, execução e divulgação, na medida da disponibilidade de recursos da UNCISAL;	X	X	X	X	X
5.6 Estimular as pesquisas voltadas para as endemias regionais;	X	X	X	X	X
5.7 Aumentar o número de publicações em periódicos nacionais qualificados;	0%	5%	5%	5%	-
5.8 Estimular o aumento do número de publicações em periódicos internacionais;	X	X	X	X	X
5.9 Consolidar o NIT;	X	X	X	-	-
5.10 Solicitar providências para a reforma do Centro de Cirurgia Experimental e Biotério;	X	X	-	-	-
5.11 Promover a integração dos laboratórios de Investigação e Pesquisa.	X	X	-	-	-

6. EXTENSÃO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
6.1 Ampliar o número de Programas e Projetos de Extensão desenvolvidos na UNCISAL;	23	25	26	27	29
6.2 Ampliar o número de Cursos de Extensão presenciais promovidos pela UNCISAL;	5	5	5	5	5
6.3 Criar e ampliar a oferta de Cursos de Extensão na modalidade a distância;	-	1	1	1	-
6.4 Aumentar o número de docentes, técnicos e discentes que desenvolvem atividades de extensão;	30	30	30	30	30
6.5 Aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão;	500	500	500	500	500
6.6 Criar e implementar um Programa de Bolsas de Extensão para os alunos;	-	-	X	-	-
6.7 Intensificar a divulgação e as articulações para a participação dos docentes e técnicos da UNCISAL nos editais de fomento à Extensão;	X	X	X	X	X
6.8 Realizar fórum anual de debates sobre as ações de extensão;	X	X	X	X	X
6.9 Realizar encontro anual de debates sobre as atividades das Ligas Acadêmicas;	-	X	X	X	X
6.10 Criar e implementar a revista "Extensão em Revista";	X	X	X	X	X
6.11 Fomentar a discussão para busca e criação de alternativas com disciplinas que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;	-	X	X	X	X
6.12 Identificar as ligas acadêmicas existentes e cadastradas, apoiando suas ações.	X	X	X	X	X

Apostilas Solução

7. DESENVOLVIMENTO HUMANO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
7.1 Definir de forma articulada com a Reitoria, a estrutura hierárquica de cargos administrativos da Universidade;	X	X	-	-	-
7.2 Criar e alimentar um banco de dados com informações sobre a capacitação / qualificação do quadro de servidores;	-	-	X	X	X
7.3 Implementar o programa de preparação para aposentadoria;	-	-	X	X	X
7.4 Capacitar servidores técnico-administrativos para melhor desempenho de suas funções;	10%	10%	15%	15%	-
7.5 Estruturar e implementar a avaliação de desempenho dos servidores;	-	-	X	X	X
7.6 Estruturar e enviar a proposta para a Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS;	X	X	-	-	-
7.7 Realizar a descrição de cargos, seguindo os documentos legais da Instituição;	-	-	X	X	-
7.8 Levantar a necessidade de admissão de pessoal especializado e qualificado para solicitação de Concurso Público ou Processo Seletivo;	X	-	-	-	-
7.9 Implantar e estruturar o Núcleo de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – NAIST;	X	-	-	-	-
7.10 Implantar e institucionalizar a política de humanização de processos, relações e ambientes de trabalho, com base na Política Nacional de Humanização do SUS do ambiente de trabalho –– PNH/SUS;	X	X	X	X	X
7.11 Normatizar o remanejamento de pessoal de acordo com a necessidade e adequação do perfil funcional de cada unidade;	-	-	X	X	X
7.12 Instituir o Fórum Permanente de Humanização da UNCISAL, envolvendo todos os setores da universidade.	X	X	X	X	X

8. DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
8.1 Promover a inclusão digital dos estudantes;	X	X	X	X	X
8.2 Subsidiar, junto às demais pró-reitorias, a criação e a institucionalização do programa de bolsas de estudo e de trabalho;	X	X	-	-	-
8.3 Implementar e ampliar o número de bolsas de estudo e de trabalho;	20	30	40	50	50
8.4 Reestruturar o Núcleo de Apoio Psicopedagógico;	-	X	-	-	-
8.5 Manter o diálogo e a articulação contínua entre o DCE, DAs e demais instâncias acadêmicas;	X	X	X	X	X
8.6 Promover eventos baseados em temas transversais entre alunos, professores e comunidade;	X	X	X	X	X
8.7 Promover trabalho de conscientização sobre o uso responsável dos espaços físicos da Universidade e dos serviços oferecidos pela Biblioteca Central;	X	X	X	X	X
8.8 Identificar os estudantes com necessidades especiais e promover meios de facilitar suas trajetórias acadêmicas e sociais;	X	X	X	X	X
8.9 Identificar as ligas acadêmicas existentes e apoiá-las nas suas ações;	X	X	X	X	X
8.10 Subsidiar a Reitoria no projeto de criação do Restaurante Universitário;	X	X	-	-	-
8.11 Implementar política de acesso ao restaurante universitário;	X	X	X	X	-
8.12 Subsidiar a Reitoria na sistemática de manutenção do restaurante universitário;	X	X	X	X	-
8.13 Apoiar a realização de eventos acadêmicos promovidos pelos estudantes;	X	X	X	X	X
8.14 Apoiar a participação de alunos em eventos de natureza acadêmico, científica e cultural promovidos por outras instituições e incentivar a divulgação dos seus trabalhos;	X	X	X	X	X
8.15 Incentivar a prática de esportes e a realização dos eventos organizados pelos estudantes;	X	X	X	X	X
8.16 Promover campanha de vacinação dos alunos e incentivá-los à doação de sangue;	X	X	X	X	-
8.17 Criar e desenvolver, em articulação com o Diretório Central de Estudantes e os Diretórios e Centro Acadêmicos programa de atividades culturais para os estudantes;	X	X	X	X	-
8.18 Criar e implantação de Programa Institucional de Nivelamento;	X	X	X	X	X
8.19 Criar e manter, em parceria com o GETIN, um sistema informatizado de atendimento aos estudantes, realizado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial;	X	X	X	X	X
8.20 Criar, em parceria com o GETIN, um banco de dados e atualizá-lo periodicamente, para acompanhamento dos estudantes egressos;	X	X	X	X	X
8.21 Criar e implementar programa de parcerias técnicas e financeiras com pessoas físicas e/ou jurídicas visando suprir necessidades dos estudantes;	-	X	X	X	X
8.22 Proceder estudo de viabilidade e propor a criação de uma residência universitária;	-	-	X	X	X
8.23 Propor a reestruturação e ampliação física do espaço para participação e convivência estudantil.	X	X	-	-	-

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
METAS	2010	2011	2012	2013	2014
9.1 Implementar melhorias no Sistema Acadêmico – SAGU;	X	X	X	X	X
9.2 Implementar Redes Sociais, estreitando os laços de comunicação funcional dentro da UNIVERSIDADE;	-	X	X	X	X
9.3 Implementar o Boletim eletrônico de noticias de TIC;	-	X	X	X	X
9.4 Elaborar plano de divulgação sobre a política de TIC;	-	X	X	X	X
9.5 Realizar, em parceria com o CED, cursos de inclusão digital para servidores e alunos;	X	X	X	X	X
9.6 Realizar, em parceria com o CED, cursos de inclusão digital para atender a demanda social;	X	X	X	X	X
9.7 Implementar uma política de estágio para atender as especificidades do Centro de Tecnologias da Informação em Saúde-GETIN;	X	X	X	X	X
9.8 Aprimorar o portal da UNCISAL de modo a favorecer a visibilidade da instituição;	X	X	X	X	X
9.9 Criar mecanismos que possibilitem a divulgação dos trabalhos acadêmicos no Portal UNCISAL;	-	X	X	X	X
9.10 Criação de novos espaços digitais na Universidade;	1	1	1	1	-
9.11 Promover, em parceria com o CED, o intercâmbio (cooperação técnica) na área de TIC com outras IES;	X	X	X	X	X
9.12 Criação e implementação de *software* para Controle de Passagens e Diárias;	-	X	X	X	X
9.13 Criação e implementação do *software* de Gestão de Frotas;	-	X	X	X	X
9.14 Criação e implementação de ilhas de impressão;	-	X	X	X	X
9.15 Realizar estudo para criação de um birô de digitalização;	-	X	-	-	-
9.16 Implementação de um birô de digitalização	-	-	-	X	X

Apostilas Solução

9.17 Implementação de um centro de dados (datacenter) em cada unidade da UNCISAL;	X	X	X	X	-
9.18 Modernização tecnológica do datacenter do prédio Sede;	-	X	X	X	X
9.19 Implementação do webmail institucional;	-	X	X	X	X
9.20 Implementação do *software* de Ouvidoria;	X	X	X	X	X
9.21 Implementação do *service desk*;	X	X	X	X	X
9.22 Implementação do Projeto E-tralha: recicle esta ideia;	X	X	X	X	X
9.23 Implementar software de gerenciamento de farmácia no complexo UNCISAL;	X	X	X	X	X
9.24 Implementação de software de controle financeiro;	-	X	X	X	X
9.25 Criação e implementação de sítios para as gerências, núcleos e coordenadorias do complexo UNCISAL;	X	X	X	X	X
9.26 Implementação do software de gestão de almoxarifado e patrimônio;	X	X	X	X	X
9.27 Implementar software de webmail na UNCISAL;	X	X	-	-	-
9.28 Aperfeiçoamento do software da biblioteca – Gnuteca, para atender às novas demandas da Universidade;	X	X	X	X	X
9.29 Incrementar a rede wireless no prédio sede;	X	X	X	X	X
9.30 Implementar a rede wireless nas demais Unidades da UNCISAL que ainda não contam com este serviço;	X	X	X	X	X
9.31 Expansão da rede lógica (conectividade) da UNCISAL;	X	X	X	X	X
9.32 Modernização e ampliação da Rede UNCISAL – Sede;	X	X	X	X	X
9.33 Modernização e ampliação da Rede UNCISAL – Unidades;	X	X	X	X	X
9.34 Instalação e implementação do Sistema de Vigilância Eletrônica;	-	X	X	X	X
9.35 Melhoria física na distribuição da rede de Telefonia da UNCISAL;	-	X	X	-	-
9.36 Instalação de equipamentos para modernização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhoria das atividades administrativas;	X	X	X	X	X
9.37 Implementar uma estrutura de gerenciamento da rede que ofereça melhor disponibilidade, suporte, qualidade e segurança à operação da malha institucional de computadores;	-	X	X	X	X
9.38 Realizar pesquisa de satisfação do cliente de TIC da UNCISAL;	X	X	X	X	X
9.39 Elaboração de projeto para obtenção de recurso financeiro visando implementar a Gestão Eletrônica de Documentos – GED.	-	X	-	-	-

10. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL					
METAS	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
10.1 Consolidar a avaliação institucional como atividade permanente na UNCISAL;	X	X	X	X	X
10.2 Acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNCISAL;	X	X	X	X	X
10.3 Contribuir para a integração dos resultados da avaliação institucional às ações de planejamento da UNCISAL;	X	X	X	X	X
10.4 Implementar o Sistema de Avaliação Interna para todos os cursos ofertados pela UNCISAL (técnico, graduação, pós-graduação, extensão).	X	X	-	-	-

11. GESTÃO					
METAS	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
11.1 Estudo para criação do órgão de Gestão dos Processos Seletivos Institucionais;	-	-	X	X	-
11.2 Implantar o Projeto Reitoria Itinerante;	X	X	-	-	-
11.3 Implementar em articulação com a PROGAD e a PROEST, um plano de promoção de acessibilidade de atendimento prioritário à pessoa com deficiência, conforme política nacional;	X	X	X	X	X
11.4 Criar no quadro de docentes o cargo de Intérprete de LIBRAS;	-	X	-	-	-
11.5 Implantação de um novo fluxo de processo;	-	X	-	-	-
11.6 Criar mecanismos de melhoria da comunicação interna e externa;	X	X	X	X	X
11.7 Revisar e regularizar documentos oficiais;	X	X	X	-	-
11.8 Implementar procedimentos para agilizar os processos licitatórios para aquisição de bens e serviços;	X	X	X	X	X
11.9 Otimizar o funcionamento da central de compras e de demandas;	X	X	X	X	-
11.10 Manter Programa de Resíduos hospitalares;	X	X	X	X	-
11.11 Aquisição de equipamentos e demais materiais previstos no PRÓ-SAÚDE;	-	-	X	-	-
11.12 Elaborar projetos para obtenção de recursos financeiros junto às fontes de financiamento para conserto do teto do laboratório de histologia, do auditório e das clínicas de fonoaudiologia e fisioterapia;	X	X	-	-	-
11.13 Realizar reforma do SVO;	-	X	X	-	-
11.14 Elaborar o Plano Diretor para uso do espaço e expansão física da UNCISAL;	X	X	-	-	-
11.15 Implementar ações de adequação da infraestrutura física para atender as pessoas com deficiência;	-	X	X	X	X
11.16 Operacionalizar o Plano Diretor para uso do espaço e expansão física da UNCISAL;	-	X	X	-	-
11.17 Implementar melhorias nas condições de funcionamento e trabalho, por órgãos e prédios de uso acadêmico e administrativo;	-	-	X	X	X
11.18 Levantar as demandas dos cursos para a elaboração do Projeto do Prédio dos Ambulatórios;	-	X	-	-	-
11.19 Buscar, junto a órgãos de fomento, recursos financeiros para manter a estrutura de TIC necessária ao Sistema de Telessaúde;	-	-	X	X	X
11.20 Obter recursos financeiros junto às fontes de financiamento para efetivar melhorias de funcionamento dos serviços básicos da UNCISAL;	X	X	X	X	X
11.21 Energia elétrica/água/esgoto;	X	X	X	X	X
11.22 Telefonia;	X	X	X	X	X
11.23 Iluminação e sistema de segurança;	X	X	X	X	X
11.24 Tecnologia e equipamentos de informática;	X	X	X	X	X
11.25 Veículos;	X	X	X	X	X
11.26 Equipamentos diversos;	-	X	X	X	X
11.27 Edificações;	X	X	X	X	X
11.28 Elaborar projetos para obtenção de recursos financeiros junto às fontes de financiamento de modo a viabilizar a reestruturação física e a aquisição de equipamentos para o setor de Registro Acadêmico;	X	X	-	-	-
11.29 Normatizar as ações do Controle Acadêmico;	-	X	X	-	-
11.30 Adequar o SAGU ao sistema eMEC;	-	X	X	X	X
11.31 Readequar a estrutura física do Controle Acadêmico;	-	X	X	-	-

Apostilas Solução

11.32Redefinir a estrutura administrativa e funcional do Controle Acadêmico.	X	X	-	-	-

1.5 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Saúde e educação.

II. **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas está inserida na Região Nordeste do país, no Estado de Alagoas, na cidade de Maceió, capital do Estado. O Estado ocupa o quarto lugar em densidade demográfica (112,39 hab/ km²) no país, tendo uma área territorial de 27.767,7 km2 divida entre 102 municípios.

A capital do estado, Maceió, tem uma população de 932.748 (29,89%) distribuída em uma área de 503,1 km 2 com densidade populacional de 1854,12 hab/ km².

2.1.1 Caracterização do Estado

O Estado das Alagoas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, situado ao leste da região Nordeste. Tem como limites: Pernambuco (N e NO); Sergipe (S);Bahia (SO); e oceano Atlântico (L). Ocupa uma área de 27.767 km² e sua capital é a cidade de Maceió.

É formado por 102 municípios e suas cidades mais populosas são Maceió (932.748), Arapiraca (214.006), Palmeira dos Índios (70.368), Rio Largo (68.481), União dos Palmares (62.358), Penedo (60.378), São Miguel dos Campos (54.577), Coruripe (52.130), Campo Alegre (50.816) e Delmiro Gouveia (48.096).

2.1.2 Economia

A economia se baseia na indústria (química, açúcar e álcool, cimento e alimentícia), agricultura, pecuária e extração de sal-gema, gás natural e petróleo.

Caracterizada pelo baixo nível de mecanização e pela pouca produtividade, a agricultura alagoana tem registrado redução gradativa em suas safras durante os últimos 15 anos.

Alagoas é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste. No entanto, o desempenho médio de 26 toneladas caiu, na safra 1999/2000, para 17 toneladas, numa redução de 28% em relação à 1997/1998. Essa queda afeta toda a economia do estado, que continua apoiada no setor sucroalcooleiro, responsável por 150 mil 41 empregos diretos. Além da cana, as culturas agrícolas de importância econômica são: algodão, fumo, mandioca, milho e coco-da-baía.

O turismo é uma atividade cada vez mais próspera para a economia de Alagoas. Em 1999, os turistas garantiram aos hotéis alagoanos a sua mais alta taxa média de ocupação da última década: 56,5% - a segunda maior da Região Nordeste, atrás apenas da registrada no Ceará. O local mais procurado pelos turistas é a capital, Maceió.

A Economia Alagoana situa-se no 20º lugar em relação a Nacional e em 7º à Região Nordeste, já o PIB Per Capita ocupa o 25º lugar em relação as demais Unidades da Federação e 7º aos Estados do Nordeste.

2.1.3 População e Indicadores Demográficos

Os primeiros resultados do censo demográfico realizado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, mostram que o Brasil se transforma e sua população se desenvolve e distribui no território em ritmos e modalidades distintas.

Neste momento registra uma população nacional de 190.755.799 e a região nordeste 53.081.950 (27,8%).

O Estado de Alagoas apresenta hoje uma população 3.120.494 (1,6%), sendo 2.297.860 zona urbana (73,64%) e 822.634 zona rural (26,36%). Atualmente a população nos municípios alagoanos está distribuída entre: 2,0 % de municípios com mais de 200 mil habitantes, 6,9% entre 50 e 70 mil, 63,7% entre 10 e 50 mil, 27,4 abaixo de 10 mil.

O atual quadro demográfico do estado é resultado de várias transformações, como a queda da fecundidade, a redução da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida ao nascer e o progressivo envelhecimento da população, que, consequentemente, gera impactos e novas demandas para o sistema de saúde.

Quanto ao gênero mostra 1.511.767de homens (48,4-%) e 1.608.727 de mulheres (51,6%). A zona urbana apresenta 4,8% a mais do número de mulheres, enquanto a zona rural 1,6% a mais de homens.

Como ocorre no restante do país, em Alagoas a razão de sexos evidencia a sobre-mortalidade masculina a partir dos 10 anos, em decorrência da violência urbana. O número de nascimentos no país caiu de 3,2 milhões para 2,9 milhões no período de 2000-2008. Tendência de queda em todas as regiões, exceto a Norte.

A taxa de natalidade no Brasil durante o período 2000 e 2007 diminuiu de 21,2 para 16,6. No Nordeste de 24,6 para 19,9 (-4,7%) e no Estado de Alagoas de 28,6 para 24,2 (4,4%).

A Taxa de Fecundidade no Brasil cai em 21,5% adolescentes (15-19 anos) e 16,4% em adultas jovens (20-24 anos). Sendo que as regiões Norte e Nordeste têm taxas mais altas nas faixas etárias abaixo de 29 anos. A esperança de vida ao nascer no período de 1991/2004 foi menor que a do Nordeste e do restante do país, alcançando a média de 65,33 anos em 2004.

Apostilas Solução

No período de 1980 a 2000 houve uma redução percentual de 24% entre jovens (menores de 15 anos) e um aumento percentual de 33% na faixa etária de idosos (65 anos ou mais).

Entre 2000 e 2010 houve uma diminuição cerca de 6% na população menor de 15 anos, aumento de 4,8% na faixa etária maior que 15 e menor de 65 anos, bem como acréscimo de 0,9% em maiores de 65 anos.

As mudanças na composição etária evidenciam o envelhecimento da população, indicando a necessidade cada vez maior de políticas sociais que atendam a está faixa etária.

2.1.4 Indicadores Sócio Econômicos

Segundo O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil em 2010 ocupa o 73º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no ranking mundial com 0.699 classificado como "Desenvolvimento humano alto", apresentando "tendência de crescimento sustentado ao longo dos anos". O rendimento anual dos brasileiros é de US$ 10.607, e a expectativa de vida, de 72,9 43 anos. A escolaridade é de 7,2 anos de estudo, e a expectativa de vida escolar é de 13,8 anos.

Apesar do IDH brasileiro seguir uma trajetória de crescimento igual nas dimensões saúde, educação e renda, o relatório aponta que 8,5% dos brasileiros são pobres e "sofrem privação" em saúde, educação e renda. Destes, o principal item, segundo o relatório, é a educação. "O que mais pesa na pobreza é a educação. O novo IDH mostra que é necessário dar mais importância à educação no Brasil".

No entanto, existem grandes disparidades sociais e econômicas no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grandes que o país apresenta realidades distintas em seu território, e se torna irônico classificar o país como alto Índice de Desenvolvimento Humano.

As diferenças ficam evidentes analisando as regiões, sendo as regiões sul e sudeste as que possuem melhores índices, enquanto o Nordeste possui as piores posições. Nesse sentido, se torna necessária a realização de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes na nação brasileira.

Entre 1991 e 2005, o IDH de todas as unidades da Federação melhorou. A região Nordeste, que registra os piores números desde a década passada, foi a que teve também o maior crescimento do índice: 16,3%. Dos dez Estados com maior variação no índice, nove são nordestinos. Os de melhoria mais forte foram Paraíba, Piauí e Bahia. Alagoas, que tinha o pior IDH em 1991, continuou na mesma posição em 2005 e 2008, com 0,677. ou seja, última posição entre as demais unidades da federação.

A desigualdade compromete o padrão de desenvolvimento e a disparidade de renda é o fator que mais influencia negativamente nesse resultado.

O Programa das Nações Unidas em Desenvolvimento (PNUD), passou a calcular em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDH-D), não utilizando médias nacionais, mas considerando as desigualdades do País em relação à renda, à educação e à saúde.

A desigualdade de rendimentos, educação e saúde persiste de uma geração para outra num contexto de baixa mobilidade socioeconômica.

No Brasil, das três dimensões do IDH a que representou maior perda foi a renda (-22,3%), seguida de educação (-19,8%) e saúde (-12,5%).

São necessárias políticas públicas que tenham alcance (cheguem a quem precisa), amplitude (contemplem fatores que perpetuam o problema) e apropriação (beneficiados como agentes de seu desenvolvimento). Para entender a distância dos indicadores alagoanos em relação aos demais estados, precisamos considerar: a comparação da porcentagem de pessoas analfabetas com a do Amapá que tem o menor índice de analfabetismo do país, 2,8% com a maior do Brasil, com 25% das pessoas acima de 15 anos; a maior taxa de mortalidade infantil: são 46,4 óbitos de crianças para cada mil nascidas vivas; a menor expectativa de vida, 67,6 anos.

Segundo o último censo o Brasil (2010) apresenta 90,1% de pessoas da faixa etária entre 10 e mais de 60 anos alfabetizadas. A Região Nordeste registra 82,4% para mesma faixa.

Do total das unidades da federação, Alagoas participa com 1,34% (1.974.406) de pessoas acima de 10 anos alfabetizadas. Em relação a população do estado em 2010 para esta faixa (2.548.296, 68), corresponde a 77,5% alfabetizadas, tendo 22,5% de analfabetos. Na faixa etária entre 5 e 14 anos existem 78,64% de analfabetos.

2.1.5 Indicadores de Mortalidade

A Taxa bruta de mortalidade (Número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano) no Brasil apresentou redução entre 2000 e 2007 passando de 6,4 para 6,0 respectivamente. Entre as regiões do país, no mesmo período, a região Norte registrou 5,3 e 4,8, Nordeste 7,2 e 6,4, Sudeste 6,4 e 6,2, Sul 6,1 e 6,1 e Centro-oeste 4,7 e 4,7. Alagoas registrou 8.3 em 2000 e 7,2 em 2007.

Quanto ao perfil etário nacional (2000 e 2007) houve redução da mortalidade proporcional (percentual dos óbitos por faixa etária) entre menor de 1 ano e 49 anos e entre 60 e 74 anos. Nas faixas 50-59 e 75 a mais de 80 anos, tivemos um pequeno aumento. Destaca-se como maior redução a faixa de menor de 1 ano de idade que passou de 7,24% para 4,35%.

Apostilas Solução

A região Nordeste, bem como o estado de Alagoas apresenta redução na faixa entre menor de 01 ano e 14 anos, destaca-se o aumento entre 15 e 34 anos e idosos a partir de 60 anos.

Quanto a mortalidade por grupos de causas no Brasil (2000 e 2007) mantém em primeiro lugar as Doenças do aparelho circulatório, onde houve uma pequena diminuição nacional e um aumento de 6% em Alagoas. As Neoplasias aumentaram em torno de 4,27% no Brasil e 2.8% em Alagoas.

Observando os principais grupos de causas para o mesmo período no Estado de Alagoas, verificamos que só houve redução para as afecções originadas no período Peri-natal e Doenças infecciosas e parasitárias. Quanto às causas de mortalidade, permaneceram nos primeiros lugares as Doenças do aparelho circulatório e Causas externas. As neoplasias saíram do sexto lugar para o quarto lugar, doenças do aparelho respiratório do quarto para quinto, Afecções originadas no período Peri-natal saíram do quinto para o sétimo lugar, Doenças infecciosas e parasitárias saíram do sétimo lugar para o sexto.

As taxas de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos) no Brasil 2000-2007 foram respectivamente de 27,4 e 20,0. No Nordeste 41,6 para 28,7. Alagoas 58,4 para 41,2.

A Mortalidade na infância caiu 57,6% entre 1990 e 2008. Houve queda dos índices em todas as regiões, principalmente no Nordeste com redução importante dos óbitos por causas Peri-natais, infecciosas e respiratórias.

A Taxa de mortalidade pós-neonatal (28 dias a menos de 1ano) no Brasil no período 2000-2007 caiu de 9,9% para 6,4%. Na região Nordeste houve uma redução de 17,0 para 8,9 e em Alagoas 26,0 para 14,7.

A Taxa de mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias) reduziu, sendo que em Alagoas subiu de 6,9% para 7,1%.

No que refere a Taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) em Alagoas houve uma redução de 6,2%.

Quanto a mortalidade infantil de menores de 5 anos houve também redução significativa no mesmo período, apresentando 7,9%, 13.6% e 22.3% para o Brasil, região nordeste e Alagoas, respectivamente.

Diversos fatores podem ter contribuído para esses resultados, dentre eles as intervenções ligadas ao setor saúde, como: o combate das doenças infecciosas, como diarréias e pneumonia, das doenças imunopreveníveis e desnutrição, resultando em redução da mortalidade no período pós-neonatal.

Dentre os objetivos de desenvolvimento do milênio o Brasil tem como meta atingir a marca de 15,7 até 2015.

Quanto a Mortalidade Materna houve queda de cerca de 50% entre 1990 a 2007. Em 1990 eram 140 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, caindo 75 em 2007. A redução se deve fundamentalmente à queda de 56% na mortalidade por causas obstétricas diretas.

A redução da mortalidade materna e neonatal no Brasil, e consequentemente em Alagoas, é ainda um desafio para o setor saúde e para a sociedade como um todo. As altas taxas encontradas configuram-se como uma violação dos direitos humanos de mulheres e crianças e um grave problema de saúde pública.

O Ministério da Saúde, com essa preocupação, lançou o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil, dentro do compromisso do governo federal para acelerar a redução das desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal, calcado em seis eixos estratégicos:

1) Qualificar a atenção ao pré-natal, ao parto e ao recém-nascido;
2) Educação na saúde;
3) Gestão do trabalho;
4) Gestão da informação;
5) Vigilância do óbito infantil e neonatal;
6) Mobilização social e comunicação.

A meta deste Plano é reduzir a mortalidade materna e infantil em Alagoas, com o seguinte escalonamento: 10% em 2009 e 10% em 2010. Destaque-se que o Estado compromete-se com um patamar de redução duas vezes maior que o do Pacto Nacional, colocado em, no mínimo, 5% ao ano. O Plano objetiva, também, alcançar uma melhor qualidade das informações sobre mortalidade.

Dentre as taxas de mortalidade especificas (óbitos por 100.000 habitantes) para o período 1990-2007, respectivamente para o Brasil, Nordeste e Alagoas, destacam-se: o aumento de 5,7%, 56,5% e 57% para as doenças isquêmicas e para as doenças cérebro-vasculares diminuição de 5,9% no Brasil, aumento de 66,3% para o Nordeste e 60% para Alagoas no mesmo período; dentre as Causa Externas, os acidentes de Transporte apresenta na taxa redução de 30,5 para 21,4 em Alagoas, enquanto para Homicídios saiu de 29,2 para 59,5.

Em Alagoas, no ano de 2006, 82% dos homicídios foi por arma de fogo, apesar da implantação no final de 2003 do Estatuto do Desarmamento, um maior controle sobre a venda, a compra e o registro de armas de fogo e em 2004 o recolhimento voluntário dessas armas, observa-se que essas medidas não surtiram o efeito necessário para reduzir a magnitude do problema; as neoplasias malignas aumentaram de forma geral, mostrando na classificação primeiro próstata, seguido de mama feminina e Pulmão/Traquéia/Brônquio; diabete melitus teve aumento nas taxas de mortalidade de 49,2%, 68,4% e 73,1%; AIDS aumentou 38,3%, 78,8% e 83,6; dentre as doenças transmissíveis houve significativa redução nas infecções intestinais, doenças imunopreviníveis e meningites, já Infecções Respiratórias Agudas apesar da redução a taxa ainda é elevada; tuberculose, vetor/raiva e septicemia tiveram pequenas alterações nas taxas no período.

Apostilas Solução

Isso evidencia a necessidade de se continuar investindo em ações de promoção de saúde, de caráter educativo, que enfatizem a necessidade de maior controle da pressão arterial, da obesidade, da prática de exercícios físicos e da adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.

2.1.6 Educação Superior em Alagoas

No Brasil a Educação Superior tem apresentado um crescimento em sua demanda devido à necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico e a mudança na produção e utilização do conhecimento, imprescindíveis para acompanhar as exigências do mundo moderno. Além disso, o incremento de políticas de expansão e melhoria da educação básica também aponta para a necessidade de aumento na oferta de Educação Superior.

O Plano Nacional de Educação – PDE - afirma que nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior.

Num mundo em que o conhecimento domina os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior.

No contexto do PDE, a educação superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si: - expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional;

— garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade;

— promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica;

— ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País;

— e desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação.

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em 2009 confirma a tendência de crescimento do número de instituições de nível superior no Brasil.

A evolução do número de Instituições de Ensino Superior - IES entre 2000 e 2009 mostra o crescimento 3,8% das instituições públicas, enquanto as privadas 2,6%, apesar de esta última continuar predominante na Educação Superior com 89,4% do número total de IES.Do percentual de 10,4% de IES públicas 4,1% são Federais, 3,6% Estaduais e 2,9% Municipais.

Para Alagoas devido à indisponibilidade dos dados de 2009, apresentamos aqui informações do documento "Educação Superior Brasileira 1991-2004 Alagoas" produzido pelo INEP.No referido período, Alagoas, apresentou um aumento de 380% no número de IES saindo de 5 para 24.

A rede de instituições de educação superior de Alagoas, no cenário nacional participa com 1,2% das IES em relação a região nordeste, em 2004, apenas 7,0%, significando esse montante, inclusive, um decréscimo relativo, quando tomado por base o ano de 1996.

Em números absolutos, o crescimento das IES alagoanas no período parece inexpressivo, mas quando olhado do ponto de vista percentual o incremento entre 1996-2004 foi de 200%, aquém do crescimento verificado no Nordeste, de 254,6%, mas bem superior ao nacional, cujo incremento foi de 118,3%.

A explicação para esse fato encontra-se na desconcentração geográfica de IES e cursos após o abrandamento da regulamentação para sua abertura pós-LDB e normas infra-legais, que permitem, inclusive, a maior diversificação de modelos.

Esta expansão apresenta segundo dependência administrativa, a seguinte situação: públicas, em 1991 são 03 IES, 1996 passa a 05 e 2004 com 07; privadas 2, 3 e 17, respectivamente.

No Brasil e na Região Nordeste, há muitos anos, a maioria de IES são privadas, esse fato, que não se expressava em Alagoas, até meados dos anos de 1990, passa a seguir a tendência nacional e regional que se revela após a promulgação da LDB, das leis nº 9.820/99 e nº 9.649/1998 e da lei que, em 2001, institui o PNE.

Mesmo seguindo a tendência de crescimento da rede de ensino superior como um todo, a relação IES públicas/IES privadas, em Alagoas, em 2004, apresenta uma proporção menos desvantajosa para o setor público quando comparada com o panorama nacional e nordestino.Fazendo-se a leitura dessa menor desvantagem das IES do setor público sobre as do setor privado em Alagoas, quando confrontadas com o País e a região em que se encontram, à luz da realidade socioeconômica local, é plausível se afirmar-se que o fato se deve aos limites econômicos do Estado, carente de emprego e renda e com uma brutal concentração de renda (CARVALHO, 2005).

Essa conclusão toma substância quando se observam as taxas de escolarização bruta (8,9%) e líquida (4%) dos alagoanos no ensino superior – a menor dentre todas as unidades da Federação – que poderiam, em vista da

Apostilas Solução

exclusão, já haver gerado uma demanda bem maior do que a efetivada no momento, não fosse a saturação do pequeno mercado existente para a educação superior.

No nível nacional, em 2009, segundo a organização acadêmica 8,0% são Universidades, 5,5% Centro Universitários, 85% Faculdades e 1,5% Institutos Federais e CEFETs, continuando as Faculdades a caracterizarem a Educação Superior.Alagoas seguiu a tendência nacional de criar faculdades isoladas e conter a ampliação de universidades, tornando-se parcimoniosa no que tange à criação de centros universitários e centros de educação tecnológica, quando comparados com o número de novas faculdades entre 1996 e 2004.

A concentração de matrículas no Brasil (2009) se dá em 5,1% (117) de IES consideradas de grande porte correspondendo a 48,9% (2.505.670) na modalidade presencial, enquanto as IES de pequeno porte, máximo de 1000 matrículas, respondem com 1.473 (63,8%).

As 24 instituições de educação superior em funcionamento em Alagoas, em 2004, tinham, em seus 153 cursos presenciais de graduação, um total de 38.798 alunos matriculados. Esse quantitativo - 5,7% das 680.029 matrículas registradas na Região Nordeste - representa, no período de 1996 a 2004, um acréscimo de 41,7% de alagoanos atendidos no ensino superior, quando feita a comparação com o crescimento ocorrido no Brasil no mesmo período, e um incremento de 21,1% no confronto com o crescimento das matrículas na Região Nordeste.

Tomando-se esse quadro, em confronto com a realidade socioeconômica alagoana, é possível afirmar que o crescimento da educação superior com democratização, em Alagoas, somente é possível se políticas públicas de educação se fizerem efetivas não apenas na educação básica, de modo a que se tenha oferta de vagas gratuitas, políticas de assistência aos estudantes, em meio ao desenvolvimento de políticas de emprego que levem à desconcentração da renda e a superação da pobreza e da miséria que persistem em ser uma constante no Estado.

O Censo da Educação Básica para o Ensino Médio registra estabilidade na oferta de ensino médio, com aumento de 20.515 matrículas em 2010, totalizando 8.357.675 matrículas, correspondendo a 0,2% a mais que em 2009. A rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta e responde por 85,9% das matrículas.

A rede privada atende 11,8% e as redes federal e municipal atendem pouco mais de 1% cada.

Apesar do incremento dos números na matrícula no Ensino Superior em Alagoas que em 1991 foi de 14.172 e 46.597 em 2010 o acesso à educação superior é insatisfatório, considerando o contingente de aproximadamente 415.000 adolescentes e jovens integrantes da população de 18 a 24 anos, em 2010, apenas 108.617 se encontravam matriculados neste nível de ensino, em Alagoas. Isto representa apenas 26,1% do contingente matriculado, sendo menor ainda este percentual se considerarmos alunos no último ano do ensino médio.

Embora o maior número de instituições (2009) concentre-se em Faculdades, o maior número de cursos presenciais está nas Universidades (49,8%).

O crescimento maior de cursos no País e na região nordeste, mostra uma participação relativa do estado de Alagoas, já desvantajosa em termos de IES, encontrava-se ainda mais crítica em 2004, em termos de 0,8% do total de cursos no Brasil.

Até 1996 o número de cursos das IES públicas de Alagoas eram superiores (71,7%), passando em 2004 a liderar as IES privadas (51,6%).

Comparado com o Brasil e o Nordeste, Alagoas teve, no período de 1991 a 1996, menor índice de crescimento de cursos no âmbito federal, esse índice se inverteu no período posterior à LDB, provavelmente pela intensificação da oferta de cursos noturnos, junto à transformação da Etfal em Cefet, surgindo, assim, a segunda IES federal em Alagoas.

Quanto às IES estaduais, Alagoas, experimentou um crescimento de forma exponencial, no período 1991/1996, teve um crescimento reduzido quando comparado ao Brasil e ao Nordeste, ainda que esse crescimento represente uma taxa nada desprezível de 100% em 2004.

A rede privada, Alagoas, no período 1996/2004 apresentou crescimento de cursos de graduação presenciais expressivo, chegando a 352,9% - mais do dobro do Brasil e um sexto do Nordeste.

No Brasil os cursos de graduação aumentaram 13% em relação a 2008, sendo que os cursos de Educação a Distancia (EaD) 30,4%, enquanto os presenciais 1,5%. Em 2009 a EAD atingiu 14,1% do total de matrículas nos cursos de graduação.Com relação ao grau acadêmico, segundo modalidade de ensino, verifica-se que 71% dos cursos presenciais são Bacharelados, enquanto que metade dos cursos de EAD são de Licenciatura.

Os dez cursos presenciais de maior número de matrículas são: Administração (17,1%), Direito (12,7%), Engenharia (8,2), Pedagogia (5,6), Enfermagem (4,6), Comunicação Social (4,0), Ciências Contábeis (4,0), Educação Física (3,2%), Letras (2,8%), Ciências Biológicas (2,6%). Dentre os cursos EaD os dois maiores são Pedagogia (34,2%) e Administração (27,3%).

Dentre os cursos de graduação, Administração, Pedagogia, Direito e Engenharia detém quase a metade número total de matrículas. Entre os cursos que tiveram maior crescimento entre 2005 e 2009, Engenharia, Enfermagem e Administração estão acima de 50%.

A graduação presencial detém 64,9% das matrículas nos dez cursos mais procurados, enquanto a EAD os dois maiores cursos Pedagogia e Administração concentram 61,5% das matrículas.

Apostilas Solução

Os cursos Tecnológicos, presenciais e EAD, tiveram aumento de matrículas mais acentuados (26,1%) entre 2008 e 2009 do que de cursos (2,5%), representando hoje 11,4% do total de matrículas. Observa-se a concentração nas escolas privadas.

Quantos ao perfil dos docentes nas IES o ano de 2009 apresenta como predominantes o número de mestres (36%), seguido por especialistas (29%) e doutores (27%). Mestres e doutores nas IES públicas soma 75%, enquanto nas privadas chega a 55%.

Alagoas no censo de 2004 mostra a prevalência de mestres e doutores nas públicas sobre as privadas, resultando numa relação inversamente proporcional, que tem feito com que a titulação até a pós-graduação lato sensu, que historicamente sempre foi predominante nas IES privadas, seja em menor número nas públicas, onde sempre prevaleceram as funções docentes com pós-graduação strictu sensu.

A presença alagoana no contexto nacional e mesmo regional, quanto a Expansão das funções docentes, entre 1991/1996, se mostra inexpressiva (0,8%).

No período 1996-2004 experimenta um incremento (106,3%) bem mais acentuado que no Brasil e no Nordeste. Essa expansão segue a tendência observada para as IES, cursos e vagas.

Em relação às funções docentes públicas (48%) e privadas (52%) mostra-se uma situação quase paritária, no que pese a predominância de IES, cursos e matrículas concentradas na rede privada. A explicação mais direta para o fenômeno pode ser buscada na natureza dominante do vínculo empregatício.

Quanto ao regime de trabalho no Brasil (2009) predomina o tempo integral nas IES públicas (78,9%), das quais 87,5% são federais. Nas IES privadas a maior parte é horista (53%), sendo 21,5% com tempo integral.

Alagoas (2004) mostra predominância do tempo integral e parcial nas IES públicas e horista nas privadas.

Quanto aos alunos a Educação Superior Brasileira é predominantemente formada por pessoas do sexo feminino, com idade de 21 anos para os vínculos de matrículas, a forma de ingresso mais como é o vestibular, na idade de 19 anos. A idade mais freqüente para conclusão do curso ocorre aos 23 anos.

O público difere quanto a modalidade de ensino. O aluno de EaD ingressa mais tardiamente que o presencial, tendo a conclusão em média de 36 anos, enquanto o presencial 28 anos.

Ambas modalidade apresentam predominância de mulheres, tanto em número de matriculas quanto de conclusão, ingresso por vestibular e vínculo com IES privadas.

O censo revela que 710 IES tiveram alunos que ingressaram por meio de resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e destas 541 receberam mais da metade de seus alunos por esta modalidade de ingresso.

Na graduação das IES públicas, do universo de ingresso por processo seletivo, 36.294 ocorreram por meio de programa de reserva de vagas. Entre os tipos de reservas 69% foram para "Procedentes do Ensino Público", seguido do relacionado com identidade "Étnica" com 25%.

Quanto a inclusão de alunos portadores de deficiências (0,34% do total), dos quais 30% com "Baixa visão", "Deficiência Auditiva" com 22% e "Deficiencia Física" com 21%.

Quanto ao financiamento estudantil o censo mostra que de cada 10 alunos matriculados em IES privadas, 03 possuem bolsa de estudo, dos quais 82,5% (1.019.532) são de programas reembolsáveis (Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – Fies do governo federal, de programas Estaduais e Municipais, de entidade externas e ou da própria instituição) e 17,5% (215.777) de não reembolsáveis (Programa Universidade para Todos – Pro-Uni do governo federal, de programas Estaduais e Municipais, de entidade externas e ou da própria instituição). O governo federal participa com 64% do financiamento do Fies e 25% do Pro-Uni.

Atendendo, portanto as demandas da realidade da educação do Estado de Alagoas, o Plano Estadual de Educação PEE – 2006/2015 traçou objetivos e metas para a educação superior que visam minimizar os fatos acima citados. São eles:

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior a, pelo menos, 40% da população alagoana na faixa etária de 18 a 24 anos;

2. Ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito de modo a assegurar, em, no máximo, quatro anos após a promulgação deste plano, uma proporção nunca inferior a 60% do total das vagas ofertadas, prevendo, inclusive, a parceria com a União na criação e/ou ampliação de estabelecimentos de educação superior;

3. Estabelecer uma política orgânica de expansão da Educação Superior em articulação com a Rede Federal que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do Estado;

4. Criar, no prazo máximo de três anos, condições estruturais e legais para a transformação e/ou criação e permanência de IES públicas estaduais em Centros Universitários ou Universidades, assegurando-lhes, assim, efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira;

Apostilas Solução

5. Institucionalizar, no prazo máximo de um ano, em articulação com o sistema federal, um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa das IES do sistema estadual, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica em todo o território alagoano;

6. Diversificar, em no máximo três anos, a oferta de ensino superior existente nas IES do sistema estadual, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras que permitam, com garantia de qualidade, uma maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino para atender a estudantes trabalhadores;

7. A partir de padrões mínimos fixados pelos Poderes Públicos, exigir melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o credenciamento ou recredenciamento das instituições de educação superior, autorização, reconhecimento ou renovação do reconhecimento de cursos do Sistema Estadual;

8. Estimular e propiciar meios para a criação e consolidação da pós-graduação e da pesquisa nas IES do sistema estadual, garantindo, em dez anos, um número de cursos stricto sensu e de pesquisadores qualificados compatível com sua congênere federal;

9. Criar, em no máximo dois anos, políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de quotas e de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo- lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino;

10. Garantir, nas instituições de educação superior do sistema estadual, a oferta de cursos de extensão, para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional;

11. Implantar imediatamente a Gestão Democrática nas IES públicas estaduais, a partir das diretrizes legais existentes e das que vierem a ser criadas pelo CEE/AL, garantindo, além da participação de toda a comunidade acadêmica na definição das políticas e escolha dos dirigentes, a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades de cada IES e que haja encerramento do processo na própria instituição, sem lista tríplice, e sim por maioria de sufrágio;

12. Assegurar, em no máximo dois anos, com base na legislação, a criação do Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Estadual, constituído por recursos que não venham a onerar os 25% constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e que se destinem à manutenção, expansão e qualificação da rede de instituições de educação superior públicas e estaduais;

13. Utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia, para implantar e/ou consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas IES públicas estaduais;

14. Assegurar a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos Superiores das IES públicas estaduais;

15. Estimular as instituições de ensino superior do sistema estadual a promover estudantes que se destacarem intelectualmente com vista a oferecer bolsa de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos e da pesquisa científica;

16. Instituir, imediatamente após a vigência deste plano, nas instituições públicas do sistema estadual de educação superior, programas de assistência estudantil que incluam, no mínimo, concessão de bolsa-pesquisa e bolsa-trabalho para apoiar os estudantes carentes ou que demonstrem bom desempenho acadêmico;

17. Ampliar a oferta do Ensino Superior Estadual, implantando e/ou implementando unidades em regiões do estado que apresentem demanda significativa.

Diante do exposto, urge, pois, a necessidade de ampliação da oferta de vagas na rede pública de ensino superior, tendo em vista que a restrição de acesso a esse nível de ensino passa, necessariamente, pela carência de vagas gratuitas, devido ao baixo poder aquisitivo da população.

2.2 **CONCEITOS, PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO** (Resolução CONSU Nº. 32/2012 de 19/11/2012)

2.2.1 Conceito de Saúde

Saúde é um processo de vida relacional e dialético entre as dimensões individual e coletiva, resultante da interação dinâmica entre as condições políticas, ecológicas, econômicas, culturais, sociais, biológicas, emocionais e espirituais.

2.2.2 Princípios Filosóficos - da ética;

- da democracia;
- da obediência às leis que regem o ensino superior;
- da vocação institucional pública, gratuita e estatal;
- do compromisso com a responsabilidade social;
- da formação profissional integral em saúde com vista a Integralidade, Universalidade e Equidade.

Apostilas Solução

2.2.3 Princípios Teóricos Metodológicos

Os Princípios que orientam a proposta pedagógica institucional e a organização curricular dos cursos da UNCISAL tomam como referência (1) as definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; (2) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que fundamentam a educação superior no país; (3) os conceitos, os princípios, as políticas e organização didático-pedagógica que orientam a gestão acadêmica da UNCISAL; (4) os referenciais epistemológicos e pedagógicos, construídos coletivamente e corporificado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. São eles:

INTER E A TRANSDISCIPLINARIDADE NO CURRÍCULO - Contemplar as diversas formas de integração dos conhecimentos, buscando a integralidade dos saberes e a superação do pensar simplificado e fragmentado da realidade.

INTEGRAÇÃO TEORIA E PRÁTICA – Favorecer a formação focada na realidade a partir de uma relação dialética entre teoria e prática, numa contínua aproximação do mundo do ensino com o mundo do trabalho, com vistas às necessidades loco-regionais.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR – Promover a dinamicidade no processo de formação profissional, incluindo ações multi, inter e transdisciplinares e a transversalidade de conhecimento, em oposição aos modelos rígidos de organização curricular dos cursos.

INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO INTEGRADOS À ASSISTÊNCIA - Proporcionar o desenvolvimento de competências que assegurem a integralidade da formação.

FORMAÇÃO GENERALISTA - Formar o profissional para atuar nos mais variados contextos, dotando-o de condições para mobilizar todos os recursos necessários para o exercício profissional, opondo-se à especialização precoce e evitando visões parciais da realidade.

PRÁTICAS METODOLÓGICAS DIVERSIFICADAS - Adotar práticas que permitam desenvolver competências gerais e específicas favorecendo a formação crítica e reflexiva em todo o processo de construção do conhecimento.

DIVERSIFICAÇÃO DE CENÁRIOS DE PRÁTICAS – Diversificar os cenários de práticas contemplando a complexidade dos objetivos de aprendizagem propostos.

INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – Fomentar competências que favoreçam o desenvolvimento e a incorporação de inovações científicas e tecnológicas, de forma critica e ética, condizentes com as demandas da sociedade;

AVALIAÇÃO PROCESSUAL – Desenvolver o processo de avaliação formativa para o reconhecimento de saberes e competências necessárias ao exercício da profissão, opondo-se a avaliação pontual, punitiva e discriminatória.

2.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

2.3.1 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

Em consonância com as diretrizes e orientações para implementação curricular proposta pelo ForGRAD, a IES pretende ampliar as ações de gestão acadêmica no âmbito institucional e no âmbito dos cursos, sistematizando:

a) Implantação do Fórum de Gestão Acadêmica - espaço de discussão, análise, encaminhamento e proposições político pedagógicas das unidades acadêmicas, tendo, portanto, como objetivo fomentar e estruturar as ações de melhoria e flexibilização dos cursos da UNCISAL;

b) Institucionalização dos NDEs dos cursos (RESOLUÇÃO CONSU Nº. 009/2011) para concepção, elaboração, consolidação, acompanhamento e contínua atualização dos projetos pedagógicos no âmbito de cada curso, bem como realização de reuniões sistemáticas para assessoria e acompanhamento dos trabalhos;

Mediante deliberações construídas coletivamente nas instâncias supracitadas pretende-se avançar com as seguintes ações:

a) Implementação de uma nova estrutura acadêmica para a UNCISAL, para a modernização da estrutura física, acadêmica e administrativa, com vistas à interdisciplinaridade e fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão;

b) Normatização dos componentes curriculares (Estágio Obrigatório, Atividades Complementares, Trabalho de Cursos) para os cursos de graduação, visando a flexibilização e o atendimento à legislação em vigor e às DCNs dos cursos;

c) Diversificação e ampliação da oferta de Atividades Complementares, como forma de enfatizar a aproximação entre a teoria e a prática e as exigências da formação generalista e atendimento ao compromisso social da IES;

d) Criação e implementação da “área verde” nos currículos dos cursos de graduação, oportunizando e garantindo ao discente a possibilidade de construir a sua formação complementar de forma autônoma e interdisciplinar.

e) Institucionalização do Congresso Acadêmico da UNCISAL, com forma de estimular a discussão de temas transversais, pertinentes à formação interdisciplinar

Apostilas Solução

2.3.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Entendo-se que as estratégias de gestão acadêmicas viabilizam a integralização curricular diferenciada, planeja-se as seguintes ações:

a) Reformulação da estrutura acadêmica da IES com a criação de Núcleos Temáticos de ensino e pesquisa, que congregam atividades comuns a diversos cursos;

b) Criação e implementação de disciplinas optativas e eletivas nos currículos dos cursos de graduação;

c) Normatização para validação cumprimento de carga horária do Estágio Obrigatório fora da IES, conforme perfil do egresso concebido pelo curso;

d) Discussão no âmbito da gestão acadêmica acerca de modelos curriculares que favoreçam a integralização curricular;

e) Discussão sobre mobilidade intra e inter institucional (aproveitamento de disciplinas e crédito entre cursos; convênios interinstucionais; intercâmbio acadêmico; corpo comum – conteúdo e carga horária - entre as disciplinas básicas);

f) Oferta de atividades integradoras a fim de favorecer a multi e a inter profissionalidade na formação em saúde – (a) disciplinas cujo objetivo seja o desenvolvimento de competências comuns a todos os profissionais de saúde (comunicação, empreendedorismo, liderança, trabalho em equipe, educação em saúde); (b) pesquisas (c) atividades de extensão.

2.3.3 Atividades práticas e de estágio

Discussão no âmbito dos cursos para os NDEs repensem a Matriz Curricular de forma a favorecer:

a) Aproximação teoria prática - incorporando nas disciplinas/atividades que insiram os acadêmicos nos cenários reais de prática desde os primeiros anos dos cursos;

b) Formação generalista priorizando a vivência no âmbito do SUS, sobretudo nas ações da atenção básica;

c) Interdisciplinaridade – proposição de atividades práticas e de estágio que permitam a integração do conhecimento de diversas áreas dos saberes e a interface com profissões afins.

2.3.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos No âmbito da UNCISAL o desenvolvimento de materiais pedagógicos está previsto na proposta do Programa de Desenvolvimento do Magistério Superior através do Núcleo de Desenvolvimento para o Ensino Superior que tem como foco a realização de ações voltadas para o desenvolvimento das competências dos profissionais envolvidos em atividades acadêmicas, cujas atividades serão contempladas em quatro eixos de atuação:

I - Capacitação nas práticas didático-pedagógicas e específicas das áreas;

II - Programação e implementação de tecnologias educacionais;

III - Estudos e pesquisas para práticas educativas presentes na relação Universidade – Comunidade – Serviços de Saúde.

IV - Apoio e divulgação do trabalho e produção acadêmica.

Uniformização do modelo de plano de ensino e divulgação junto à comunidade acadêmica (capacitação e sensibilização do docente; disponibilização no site da institucional).

2.3.5 Incorporação de avanços tecnológicos

Considerando as Tecnologias de Informação e Comunicação como recursos indispensáveis ao avanço na formação profissional em todas as áreas do conhecimento, a UNCISAL, através do CED (Centro de Educação a Distância) tem como finalidade implementar a política institucional de inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação em empreendimentos educacionais às demandas da formação profissional e da sociedade alagoana. Outras iniciativas da IES são:

a) Ampliação do uso das TICs como ferramenta de mediação da aprendizagem (plataformas tutoriais, teleconferências, entre outras);

b) Institucionalização do Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT;

c) Aprimoramento do Laboratório de Habilidades Clínicas

2.4 POLÍTICAS DE ENSINO

2.4.1 Políticas de Ensino de Graduação

São desafios atuais da Universidade atender às demandas da sociedade contemporânea, marcada pelas mudanças nas relações de produção no processo de organização do trabalho, pela crise de paradigmas na construção do conhecimento, pela dinâmica e velocidade da comunicação e pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Portanto, intensificar e aprimorar a formação e a qualificação dos profissionais nos diversos campos do saber, em uma perspectiva abrangente, crítica, cidadã e interdisciplinar, constitui-se em tarefa urgente para o ensino superior em todo o País e exige políticas a curto, médio e longo prazos, claramente explicitadas nas necessárias interrelações do ensino, pesquisa, extensão e assistência.

Apostilas Solução

Em consonância com a missão da UNCISAL, a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação estabelece o compromisso de consolidar as ações para o ensino superior e técnico, através de cursos de Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia e Técnico Profissionalizante, nas modalidades presenciais e a distância, para o atendimento das seguintes políticas: - Expansão da oferta de cursos de graduação adequada às necessidades do Estado e da Região;

- Promoção da flexibilidade, interdisciplinaridade curricular e integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos cursos;
- Aprimoramento contínuo dos PPCs dos cursos;
- Apoio ao desenvolvimento de programas dirigidos ao aperfeiçoamento da graduação.
- Valorização e implementação de ações afirmativas, considerando as condições de igualdade, de acesso e de permanência no ensino superior, das minorias reconhecidas socialmente;
- Desenvolvimento, aperfeiçoamento e valorização docente;
- Apoio ao desenvolvimento de cultura avaliativa, com vista ao aperfeiçoamento das ações acadêmicas;
- Atualização contínua das informações institucionais relacionadas à graduação;
- Adequação e atualização sistemática do acervo bibliográfico;
- Otimização das atividades acadêmicas nas Unidades Complementares, de Apoio e de Ensino Profissional da UNCISAL;
- Expansão e adequação dos espaços destinados à realização das práticas acadêmicas;
- Adequação permanente das ações de gestão acadêmica;
- Apoio ao desenvolvimento das ações acadêmica e administrativa dos cursos.

2.4.2 Políticas de Ensino de Pós-Graduação

Stricto Sensu

A UNCISAL como importante polo de geração de conhecimento na área de saúde do Estado, tem procurado atender às demandas no tocante ao ensino de PG em todos os níveis.

No que concerne a Pós-Graduação Stricto sensu, foram realizados Estágios Probatórios para inserção dos professores da UNCISAL em Cursos de Mestrado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) nas áreas de Cirurgia Vascular, Cardiologia, Gastroenterologia Cirúrgica, Clínica Médica, Obstetrícia, Ciências da Saúde, Fonoaudiologia, Reabilitação e Epidemiologia no período de 2005 a 2009, nos quais foram titulados 11 professores, devendo ser titulados até 2011 mais 38 professores.

No sentido de consolidar o ensino da PG, a UNCISAL participa de um DINTER com Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), FIOCRUZ-RJ, juntamente com a UFAL e UFPB (2009-2012), faz parte ainda do RENORBIO, buscando alcançar a titulação do seu corpo docente.

Como perspectiva para este período, pretendemos após definir o perfil das linhas de pesquisa, estender o número de DINTER de forma a abranger a capacitação do maior número possível de professores objetivando a criação do mestrado próprio.

Lato Sensu

Diante da diversidade de objetivos e da natureza transitória dos cursos de pós-graduação lato sensu, é essencial a implantação de uma política institucional que contemple uma avaliação sistemática para assegurar a qualidade do nível de ensino ofertado e para isto a PROPEP tem como meta a criação de uma comissão de Pós-graduação com composição a ser definida que ficará responsável pela elaboração do projeto institucional para a avaliação dos projetos de cursos de pós-graduação.

A PROPEP pretende realizar estudo junto as suas faculdades a definição de áreas prioritárias para abertura de novos cursos de especialização. A oferta de cursos de pós-graduação lato sensu deverá nortear a identificação de temas de relevância acadêmica com vistas a implantação de programas de pós-graduação stricto sensu e ainda a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

As residências em saúde têm papel primordial na formação profissional com treinamento em serviços. Atualmente as residências se desenvolvem nas áreas de Ginecologia e Obstetrícia na Maternidade Escola Santa Mônica; Doenças Infecciosas no Hospital Escola Hélvio Auto e em Psiquiatria no Hospital Portugal Ramalho. A residência multiprofissional em Saúde da Família foi criada em 2009 em convênio com o Ministério da Saúde.

A residência em Enfermagem se desenvolve nas seguintes áreas: Enfermagem em Atendimento Pré-hospitalar, Enfermagem em Emergência Geral, Enfermagem em Saúde da Mulher, Enfermagem em Saúde Mental, Enfermagem em Neonatologia e Enfermagem em Infectologia, com importante papel na formação profissional, sendo pioneiro no Brasil na área de Atendimento Pré-Hospitalar. A UNCISAL disponibiliza ainda residência em Audiologia, sob a coordenação da Faculdade de Fonoaudiologia.

Apostilas Solução

Atualmente dispomos de um curso de especialização em Microbiologia Clínica Hospitalar com a expectativa da criação de 10 cursos de especialização de acordo com a avaliação da comissão de Pós-Graduação.

A PROPEP coordena ainda o Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PROBIC) em parceria com a FAPEAL, concedendo 55 bolsas por ano destinadas a alunos de graduação cujo objetivo é inseri-los na pesquisa ampliando desta forma a sua formação acadêmica. Disponibiliza ainda 10 bolsas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) financiadas pelo CNPq. A PROPEP tem como meta a ampliação desse número de bolsas.

2.4.3 Políticas de Ensino Técnico

A Constituição Federal em seu artigo 200, bem como a Lei 8080/90 que regulamentou o capítulo da saúde, define o Ministério da Saúde como o ordenador da formação dos trabalhadores da saúde.

Em 2003, foi criada pelo Ministério da Saúde, a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGETS), ocorrendo uma mudança positiva nas políticas de recursos humanos, pois passa a tratar especificamente da gestão dos recursos humanos na dimensão do trabalho e da educação na saúde. Neste contexto, é constituída a rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS que se fortalece e hoje está constituída por 36 escolas em todo o território nacional, sendo a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL integrante desde sua criação.

Assim, a Política Pública de Educação Profissional de Nível Médio para a Saúde no Estado de Alagoas é desenvolvida pela Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – ETSAL -, adida à estrutura da UNCISAL pela Lei nº 6.351, de 09 de janeiro de 2003. A referida Lei define em seu art. 4º que a Educação Profissional para o ensino Básico e Técnico, integrado ao trabalho, à ciência e à tecnologia far-se-á através da ETSAL.

A escola nasceu na década de cinquenta com a missão de formar Auxiliares de Enfermagem para atender as necessidades dos serviços de saúde. As transformações que se inscreveram no contexto da constituição de um novo sistema de saúde nos anos 80, destacam a importância da formação de novo profissional de nível médio integrado ao novo sistema. Das configurações no campo da Educação Profissional em saúde, a Política de Educação Permanente criada pelo Governo Federal influenciou na ampliação da missão da ETSAL no sentido de contemplar as diversas categorias profissionais de nível médio, já inseridas no Sistema Único de Saúde e sem a devida formação.

Em 2000 o Ministério da Saúde lançou para todo o país o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem – PROFAE, participando a escola do componente "Formação" executou 125 turmas nos 102 municípios do Estado de Alagoas. No componente "Estruturação da Escola" executou 04 projetos: Informatização, biblioteca, capacitação, biblioteca.

A partir da Portaria nº 2.474/GM/2004 que instituiu a formação inicial do Agente Comunitário de Saúde a escola, entre dezembro de 2004 a junho de 2006, executou a formação de 4939 alunos, atingindo 169 turmas distribuídas nos 102 municípios do Estado de Alagoas.

Enquanto experiência de Educação a Distância entre 2004 e 2005 , realizou em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP e FUNASA, o curso de Agentes Locais de Vigilância a Saúde - PROFORMAR, atendendo 614 alunos.

Através do Convenio nº 144/2004, a ETSAL iniciou em 2008 e ainda está em execução de 39 turmas de Técnicos de Higiene Dental, contemplando os 102 municípios do Estado.

Atualmente duas turmas do Curso de Análises Clínicas para trabalhadores do SUS estão sendo ofertadas (Convênio nº 1724/2008).

Além disso, outros projetos articulando saúde-educação envolvem a ETSAL nas discussões, um deles o projeto "Olhar Brasil" que capacitará professores e agentes de saúde para aplicarem o teste de acuidade visual entre idosos e escolares. Outro projeto "Brasil Profissionalizado" construirá vários laboratórios ampliando e modernizando a estrutura da escola com equipamentos e materiais.

A ETSAL vivencia hoje, outras perspectivas pedagógicas com a implantação do ponto do "Telessaúde". O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação amplia as possibilidades de Educação em Saúde aproximando distâncias e contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência e atualização de conhecimentos dos profissionais do SUS.

A escola dispõe de internet banda larga em todos os setores, laboratório de informática, sistema de rede, acesso à biblioteca virtual, home page (www.etsal.com.br).

Atualmente está iniciando o projeto do curso de "Complementação para Técnico de Enfermagem que atenderá 3072 alunos em 96 turmas distribuídas em todos os municípios do Estado de Alagoas. Outro curso que será oferecido e que já conta com recursos assegurados será o Técnico em Vigilância em saúde, estando programadas 36 turmas com 32 alunos cada. Na direção da oferta de cursos pós-técnicos a escola está iniciando 04 cursos de aperfeiçoamento para Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem com foco na redução da mortalidade Infantil. Inicialmente irá atender a 14 municípios identificados como prioridade, estando já assegurado recursos para ampliação da oferta para os 102

municípios do Estado de Alagoas.

Para fazer face ao desafio posto para tal conjuntura a escola vem intensificando a oferta de cursos para os trabalhadores de Nível Médio da saúde. A escola participa das instâncias gestoras da Política Nacional e Estadual de Educação para a Saúde e tem como planejamento para além do que já realizou a continuidade da oferta de cursos para todo o Sistema de Saúde Pública de Alagoas e as demandas emanadas pelo mercado de trabalho. Aliada a estas frentes prevê ampliação de sua estrutura de gestão administrativa e de ensino.

2.4.4 Políticas de Educação a Distância

Um dos eixos de sustentação da política de inovação educacional desenvolvida na UNCISAL diz respeito à expansão de oportunidades e de programas de qualidade ofertados na Instituição, na modalidade de Educação a Distância (EAD). A utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, responde como estratégia de flexibilização e de modernização do processo ensino-aprendizagem, possibilitando uma maior interação entre alunos e professores.

A implantação da modalidade de EAD neste PDI é uma proposta, que objetiva atender uma faixa de estudantes, hoje excluída da universidade pública, causada pela disponibilidade de tempo reduzida para realizar um curso presencial devido a uma série de limitações como incompatibilidade de horário entre a oferta do curso que deseja fazer e a atividade profissional que desempenha, distância geográfica entre a IES e sua residência, dificuldade de locomoção, escassez de recursos financeiros para o deslocamento. Deste modo, o desenvolvimento dessa modalidade de ensino permitirá que seja ampliado o âmbito da ação educacional da UNCISAL.

O Brasil e em especial Alagoas precisam adequar-se às exigências deste novo século, de maneira que atendam às demandas socioeconômicas da população e a única maneira de se minimizar a gritante desigualdade existente há mais de cinco séculos reside na educação do povo brasileiro. Para tal, a oferta dos cursos superiores de graduação deve ser abordada pelo prisma de duas dimensões indissociáveis: da qualidade na formação acadêmica a ser oferecida e da quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país. Portanto, a educação superior prescinde ser tratada como nível de formação que possibilita ao indivíduo, a partir de uma postura dialógica com a realidade, desenvolver sua capacidade em gerar conhecimentos e dominar competências básicas requeridas pelos novos processos produtivos.

Implementar a EAD na UNCISAL permitirá a aproximação da Instituição à essa demanda, oferecendo inicialmente cursos superiores de tecnologia e, ainda, cursos de extensão. Concomitantemente, os cursos presenciais de graduação, já reconhecidos, ofertados pela IES terão a oportunidade de implantar até 20% (vinte por cento) do total de sua carga horária na modalidade EAD.

A UNCISAL, de maneira crescente, vem introduzindo os avanços tecnológicos ao ensino de graduação. Para tanto, tem promovido e incentivado seus docentes e discentes a participarem de eventos que abordem o uso das TICs ao processo de ensino/aprendizagem para que promovam as inovações desejadas.

A superação de modelos pedagógicos e curriculares tradicionais necessita além da diferenciação conteudista de uma série de inovações metodológicas que permitam uma efetiva interdisciplinaridade por parte tanto de alunos quanto de professores, de modo que a realização de atividades seja otimizada, levando os sujeito desse processo a uma autonomia no âmbito do aprender e do ensinar.

Assim a UNCISAL adota como políticas alternativas didático-pedagógicas que caracterizam a EAD, somadas às já tradicionalmente conhecidas e executadas:

(a) Uso de estratégias que busquem simular algum aspecto da realidade e coloquem o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das conseqüências de suas atitudes e decisões, isto é, utilização de simulações como recursos didáticos.

A utilização de simulações como recursos didáticos no ensino superior tem como objetivo primeiro o desenvolvimento de atitudes dos alunos e secundariamente: estimular a reflexão acerca de determinado problema; contribuir para o autoconhecimento; desenvolver atitudes e habilidades específicas; promover a empatia; analisar situações de conflito; proporcionar um clima de descontração entre os alunos;

(b) Utilização de metodologia centrada no estudante de maneira que o estimule a estudar independentemente. O uso desse tipo de ensino caracteriza-se por: respeitar o ritmo de aprendizagem de cada discente;propiciar formas alternativas de instrução e conteúdo; delegar ao estudante maior responsabilidade por sua aprendizagem; incentivar a autonomia intelectual; permitir a individualização da avaliação;proporcionar ao estudante a autoconfiança no alcance de certas metas, que dificilmente seriam atingidas em outras situações;

(c) Uso de Metodologias de Ensino Baseadas na Interação, dentre elas: o estudo de caso; o seminário; o painel; a discussão; a mesa redonda; o simpósio; o debate; a entrevista;

(d) Capacitação inicial e continuada do corpo técnico-administrativo e docente, com o objetivo de proporcionar condições teórico-metodológicas suficientes para o desenvolvimento das atividades

Apostilas Solução

pedagógicas de ensino presencial e da oferta da educação a distância;

(e) Incentivo e administração de grupos de estudo, pesquisa, produção e difusão de conhecimentos em EAD, visando a garantia da qualidade dos processos educacionais.

A concepção, difusão, gestão e avaliação de projetos em Educação a Distância da UNCISAL ocorrerão, a partir da nova estruturação acadêmica, ora em implantação, a ser de responsabilidade do Centro de Educação a Distância – CED, que por sua abrangência constituir-se-á em um núcleo interdisciplinar de tecnologias para a educação em todos os níveis.

2.5 POLÍTICAS DE PESQUISA

No estágio atual de desenvolvimento da humanidade a pesquisa é considerada elemento essencial à apropriação do conhecimento científico e tecnológico, sendo indispensável à autonomia científica e fundamental na melhoria da qualidade de vida.

A política de pesquisa da PROPEP tem como metas prioritárias para sua consolidação a reestruturação e adequação das áreas físicas destinadas à pesquisa, visando o apoio à pós-graduação na área de saúde e ciências biológicas, funcionando ainda como eixo integrador da pesquisa experimental e aplicada.

A participação nos diversos editais de apoio à pesquisa, de caráter estadual (FAPEAL) e/ou nacional (FINEP, CNPq e outros), tendo como meta a aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento adequado dos laboratórios de pesquisa.

Os grupos de pesquisa da UNCISAL, vinculados aos seus respectivos laboratórios, serão incentivados no sentido de definir linhas de pesquisa de caráter multidisciplinar visando estabelecer um eixo integrador comprometido com a realidade regional inserindo a pesquisa da UNCISAL no contexto social.

Para alcançar a qualidade acadêmica a PROPEP tem incentivado a qualificação docente realizando parcerias com Universidades de referência nacional.

Desta forma, foi firmado convenio com a UNIFESP para um DINTER no programa de Medicina Interna e Terapêutica e com o IMIP na área Materno-Infantil.

A PROPEP tem como meta para 2010-2013 a consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), incluindo pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento regional, despertando a consciência do importante papel da inovação para o aumento da competitividade da nossa economia, tendo como metas: - Gerir, organizar e fortalecer as ações de parceria da UNCISAL com os setores público e privado, integrando as ações relacionadas à inovação e pesquisas tecnológicas;

— Apoiar pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da UNCISAL;
— Apoiar a implementação da política de propriedade intelectual da UNCISAL;

— Atuar em conjunto com órgãos municipais, estaduais e nacionais, com objetivo de fortalecer as tecnologias existentes na região;

— Apoiar e estimular novas empresas de base tecnológicas e sociais, por intermédio da criação e implantação da Incubadora de Empresas da UNCISAL.

A criação do Núcleo de Apoio à Pesquisa pela PROPEP visa a expansão da produção científica dos pesquisadores da UNCISAL, para aumentar as publicações de artigos em revistas qualificadas, o que permitirá sua inclusão no contexto científico-tecnológico regional e nacional objetivando a criação de cursos de pós-
graduação stricto sensu na UNCISAL.

2.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Política Nacional de Extensão, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), define a extensão universitária como "o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade" (2007, p 17). Neste sentido, as ações de extensão são importantes instrumentos de revitalização das atividades acadêmicas, pois criam oportunidades para promover o debate e o intercâmbio de ideias, enriquecendo o processo de ensino/aprendizagem e gerando novos conhecimentos no ensino e na pesquisa acadêmica. Os resultados destas ações voltadas para a comunidade, considerando a abrangência no estado de Alagoas, demonstram a amplitude das ações de responsabilidade social propostas e desenvolvidas pela UNCISAL, estreitando a relação entre a Universidade e a Sociedade.

A extensão na UNCISAL tem se pautado pelas reflexões e orientações emanadas do FORPROEX, que define como diretrizes:

— O impacto e a transformação, como norteadores da ação transformadora a partir do estabelecimento de uma relação entre a Universidade e a Sociedade, voltada para os interesses e necessidades da população envolvida;

— A interação dialógica entre a Universidade e a Sociedade, marcada pelo diálogo, pela troca de saberes e pela superação do discurso hegemônico acadêmico;

— A interdisciplinaridade, desenvolvida a partir da interação entre as áreas do conhecimento, necessária na reflexão e na ação extensionista, pelo seu envolvi-

Apostilas Solução

mento com a complexidade da realidade;

— A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, contribuindo para a formação técnica e cidadã do aluno.

A partir dessas diretrizes e da compreensão de que a extensão deve se constituir em um trabalho de responsabilidade social, a UNCISAL apresenta como eixos da sua política de extensão:

1. Valorização acadêmica da extensão, a partir da busca de mecanismos para o reconhecimento da extensão como componente curricular essencial na formação do futuro profissional cidadão;

2. Desenvolvimento regional, visando ampliar a articulação da Universidade com a Sociedade, contribuindo com as reais necessidades da população alagoana;

3. Políticas públicas, trabalhando no acompanhamento e na contribuição da implementação das políticas de interesse social, nas diversas áreas temáticas da extensão (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho);

Ainda pautada pela Política Nacional de Extensão, a UNCISAL registra suas ações de extensão no Sistema de Informação e Gestão de Projetos Universitários (SIGProj), objetivando facilitar a gestão e a avaliação da Extensão Universitária por parte da UNCISAL de outras instâncias avaliativas, além da socialização de suas ações com as demais Universidades públicas brasileiras. Este cadastro é realizado pelos coordenadores das atividades extensionistas e fica disponível para consulta externa no site do sistema. Esta é uma ferramenta que permite à Pró-Reitoria de Extensão o acompanhamento das ações de extensão desenvolvidas na UNCISAL, cuja análise geral é enviada às Unidades Acadêmicas e Complementares para socialização e avaliação interna.

A realização de congressos, seminários, palestras, ciclo de debates, cursos, programas, projetos e outras formas de atividades de extensão têm crescido progressivamente na UNCISAL. A busca de parcerias com as Instituições externas públicas e privadas tem possibilitado um intercâmbio dinâmico, oportunizando o crescimento das ações de extensão e gerando maior motivação para os alunos, professores e demais envolvidos, contribuindo para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

No entanto, a UNCISAL pretende: expandir as ações de extensão desenvolvidas; ampliar o número de alunos, professores e técnicos envolvidos nestas ações, desenvolvendo atividades integradas de extensão, ensino e pesquisa; aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão, bem como ampliar o número de participantes em tais atividades; criar e implantar um programa de bolsas de extensão para os alunos; criar e ampliar cursos e atividades de extensão a distância; criar e implantar programas de extensão em parceria com os movimentos sociais populares e não governamentais, órgãos do setor público (federal, estadual, e municipal), empresas e outras atividades do setor produtivo.

2.7 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP consciente da grande complexidade desta instituição universitária, que abrange ensino, pesquisa, extensão e assistência, propõe a implantação de políticas de Gestão de Pessoas que atendam as necessidades dos trabalhadores e da instituição, visando o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos e das metas, voltadas para o desenvolvimento de todos que fazem a universidade são elas: - Estabelecer critérios de recrutamento e seleção internos de servidores, de acordo com perfil exigido para o exercício dos diversos cargos;

— Estimar as futuras carências de pessoal em termos quantitativos e qualitativos, de forma a suprir as necessidades da universidade;

— Orientar, acompanhar e avaliar o desempenho dos servidores subsidiando-os no desenvolvimento de suas atividades laborais;

— Analisar e descrever os cargos da instituição, possibilitando aos servidores o conhecimento das funções a serem desempenhadas;

— Qualificar, capacitar e desenvolver as pessoas;

— Criar condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades das pessoas, incluindo cultura e clima organizacional, disciplina, higiene, segurança e qualidade de vida;

— Acompanhar e controlar as atividades dos servidores, verificando os resultados através de sistemas de informações gerenciais;

— Criar e implantar o Plano de Carreira para os funcionários técnicos administrativos;

— Fortalecer o trabalho em equipe multiprofissional, fomentando a transversalidade e a grupalidade;

— Apoiar a construção de redes cooperativas, solidárias e comprometidas com a produção de saúde e com a produção de sujeitos.

2.7.1 Política de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP da UNCISAL acredita que as pessoas são agentes e beneficiárias do fortalecimento organizacional, contribuindo para

Apostilas Solução

a qualidade do ensino, pesquisa, extensão e assistência pública a que se destina.

A gestão de pessoas deve estar direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento e valorização dos servidores.

As lideranças devem adotar modelos de gestão e ambientes de trabalho capazes de motivar e comprometer as pessoas com a estratégia institucional, visando o desenvolvimento das competências profissionais, a excelência e o alcance de seus objetivos.

As diretrizes para a política de gestão de pessoas são:

- Assegurar a qualidade dos processos de movimentação e sucessão de pessoas, atendendo às demandas conforme o planejamento da força de trabalho e o perfil de competências necessárias à instituição.

- Assegurar o nível adequado de capacitação e desenvolvimento dos servidores nas competências profissionais necessárias ao atendimento das ações da instituição.

- Promover a gestão do conhecimento na UNCISAL, visando o aperfeiçoamento contínuo dos processos.

- Promover o acompanhamento contínuo do desempenho dos colaboradores, orientando o desenvolvimento na carreira.

- Atuar no fomento institucional de práticas humanizadas, em consonância com a Política Nacional de Humanização do SUS (PNH, 2003), disseminando seus princípios e diretrizes, no que tange aos processos de gestão e qualificação da atenção à saúde no âmbito da universidade.

- Desenvolver nas lideranças as competências gerenciais, especialmente aquelas voltadas à gestão de pessoas, de forma continuada e alinhada às orientações estratégicas.

- Promover a gestão das informações pessoais e profissionais dos servidores, com transparência e respeito à confidencialidade.

- Incentivar práticas de gestão que estimulem a responsabilidade social e condutas éticas de negociação entre as empresas e as entidades representativas dos servidores.

- Priorizar a segurança e a saúde ocupacional dos empregados, com foco na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e promoção da saúde, atendendo aos requisitos legais e regulamentares.

- Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos colaboradores, assegurando condições para que possam exercer de forma saudável suas atividades.

- Atuar de forma integrada e monitorar a gestão de pessoas, garantindo a igualdade de direitos, oportunidades e obrigações, respeitando as especificidades e características de cada uma de suas unidades, aumentando a sinergia entre os servidores e a instituição.

2.8 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL

A Pró-Reitoria Institucional Estudantil desta Universidade foi criada em 02 de março de 2010, mediante proposta de reforma administrativa apresentada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Superior.

Esta Pró-Reitoria tem como objetivo geral promover a integração do aluno na Universidade como todo, proporcionando-lhe os meios necessários para uma formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, assumindo perante a comunidade estudantil o compromisso científico, cultural, político, socioeconômico, artístico, desportivo e de assistência, como facilitadores da inserção, da permanência e da conclusão do curso, de forma eficaz.

Cabe a esta Pró-Reitoria criar programas e/ou projetos que tenham como metas beneficiar os estudantes, enfatizando o apoio pedagógico e financeiro, o estímulo à permanência, o crescimento acadêmico e pessoal, pautado no verdadeiro sentido da cidadania responsável.

Suas atribuições compreendem a inserção e o incentivo à formação acadêmica, bem como a prática de política de assistência, como forma de garantir os direitos sociais e assistência promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a interlocução política e pedagógica com as organizações da sociedade, compreendendo outros setores públicos e privados, mantendo para tal, diálogo permanente com os estudantes e suas representações.

Para tornar possível o resultado proposto, pretende: - Proporcionar amplo acesso às tecnologias de informação e comunicação de modo que a produção e disseminação do conhecimento funcionem como instrumento de inclusão social.

— Através da compilação de dados, estabelecer as políticas de assistência, acompanhamento e desenvolvimento dos discentes.

— Promover a disseminação de saberes entre alunos, professores e comunidade, através de temas pautados na responsabilidade social.

— Proporcionar oportunidade de ampliação dos conhecimentos e divulgação de trabalhos elaborados pelos discentes.

— Oferecer aos discentes um melhor suporte ao estudo e à pesquisa, proporcionando-lhes acesso aos saberes necessários a uma formação de boa qualidade.

— Estabelecer parcerias técnicas e financeiras com pessoas físicas e/ou jurídicas para o desenvolvimento de ações que visem à criação e/ou melhoria dos programas voltados para as necessidades dos estudantes.

— Oferecer alimentação gratuita aos alunos comprovada-

mente em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, bem como proporcionar campo de estágio para cursos de graduação em negócios gerenciais.

— Facilitar a vida do aluno com necessidades especiais, oportunizando sua inserção na vida acadêmica e social.

— Proporcionar ao estudante o desenvolvimento intelectual e artístico, a prática de atividades físicas saudáveis e o estímulo à convivência social.

— Incentivar o desenvolvimento do estudante através da ampliação e difusão do conhecimento entre os seus pares, bem como a promoção de ações de interesse comunitário.

— Através da criação de um banco de dados atualizado, acompanhar as trajetórias dos alunos após suas formaturas, conjuntamente com Pró-Reitoria de Ensino e Graduação e as gerências dos seus cursos, apoiando-os, dentro das possibilidades da Universidade, diante de dificuldades porventura encontradas no novo percurso, bem como incentivar a convivência através de congressos, encontros e outras ações que se façam necessárias.

2.9 **POLÍTICAS DE GESTÃO**

A universidade deve ser resultado das reflexões pelo ocorrido nos últimos anos, dentro e fora dos muros universitários, da discussão com a comunidade acadêmica e do amadurecimento de posições que nos permitiram definir os elementos significativos para um modelo de gestão.

O modelo de gestão democrática referenciado no planejamento estratégico e na avaliação deve ser o resultado positivo de debates sérios e responsáveis durante toda a gestão.

Este modelo de gestão será exercido num processo dinâmico e aberto, envolvendo um ciclo contínuo e constante de tomada de decisões, planejamento, execução, avaliação e controle. Este processo apresenta-se como um grande desafio, na medida em que considera não só a dinâmica nas relações internas, mas também com a sociedade e o Estado.

Para garantir um funcionamento integrado e harmonioso, as organizações precisam ainda de um grupo de gestores ou líderes, cujos papéis estarão voltados para duas questões básicas: uma de natureza operacional – cuidar das rotinas do dia-a-dia e uma de natureza estratégica – voltada para o presente, com vistas à identificação das ameaças e oportunidades e a consequente tomada de decisões, visando garantir o seu futuro, sua perenidade com sustentabilidade.

Percebe-se hoje que podem existir até organizações sem estrutura física – as "organizações virtuais", mas ainda não se inventou organizações que sobrevivam sem pessoas. Elas constituem, pelos menos por enquanto, o único recurso capaz de produzir, difundir, multiplicar, aplicar e gerenciar o conhecimento.

Entendemos também que as organizações, independentemente do seu porte e de suas finalidades, dependem além das varáveis PESSOAS e PROCESSOS DE TRABALHO, depende também, para poder alcançar os objetivos com quais foram criadas, de ESTRUTURA adequada e de TECNOLOGIA atualizada e de fácil acesso.

Dessa forma se configura ainda, como política da gestão para os próximos cinco anos, a busca por melhoria e adaptações na estrutura física dos espaços administrativos e acadêmicos assim como a viabilização de permanente modernização das formas de trabalho com equipamentos atualizados.

Portanto, quando se trata de uma instituição cuja missão é geração do conhecimento e a formação e aperfeiçoamento profissional, é imprescindível que a UNCISAL inclua em suas estruturas não apenas órgãos que cuide com lisura dos processos administrativos de bens e serviços, mas também da gestão de pessoas, como é o caso da Controladoria Interna e Ouvidoria da UNCISAL.

2.9.1 Controladoria Interna

A implantação de Controladoria Interna na UNCISAL visa garantir a execução de processos de aquisição de bens e serviços com transparência, seguindo a legislação vigente no estado de Alagoas, para a gestão pública. Dessa forma, a Controladoria Interna se insere no fluxo de processos e faz a análise qualitativa dos processos.

2.9.2 Ouvidoria Universitária

A participação direta do cidadão na gestão pública é princípio consolidado há quase cinquenta anos, inscrito na própria Declaração dos Direitos do Homem, no seu art. XXI, inciso I, na qual se lê que "todo homem tem o direito a tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos".

A Ouvidoria da UNCISAL vem ao encontro dessa ansiedade, transformando-se num instrumento de controle social e transparência.

Na base de toda organização existe um propósito, um objetivo maior representado por uma Missão e os Valores norteados da mesma. A seguir estão descritos a Missão, e os Valores que norteiam a Ouvidoria da UNCISAL.

A missão da Ouvidoria é: "Proporcionar ao usuário/servidor interação com a UNCISAL e respostas às manifestações de reclamação, denuncia, sugestão, consulta ou elogio, tratando-o com transparência, personalização, ética, respeito, lisura, integridade e imparcialidade constituindo assim a valorização do sistema pelo exercício pleno de garantia dos direitos do cidadão."

São valores da Ouvidoria:

Apostilas Solução

— Comprometimento ético;
— Igualdade de tratamento aos usuários;
— Transparência com o serviço público;
— Envolvimento com a missão da instituição;
— Valorização dos servidores da UNCISAL.

A Ouvidoria funcionará articulada ao Conselho Universitário e à Reitoria, sendo um órgão encarregado de prestar assessoramento em questões de natureza administrativa e acadêmica que envolvam interesse dos segmentos docente, discente e técnico administrativo, bem como os da comunidade externa que guardem relação com a Universidade.

Compete à Ouvidoria Universitária relacionar-se com a comunidade externa e interna, atuando como agente de mudança e integração dos seguimentos que compõem a Instituição, incumbindo-lhe especificamente:

I – atender, acolher e ouvir todos com cortesia e respeito afastando-se de qualquer descriminação ou prejulgamento;

II – representar o cidadão junto à UNCISAL;

III – receber e examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos, relativos às atividades da UNCISAL, dando encaminhamento aos procedimentos necessários para solução dos problemas suscitados, com retorno aos interessados;

IV – resguardar o sigilo das informações recebidas, agindo com ética, integridade, transparência, imparcialidade e justiça;

V – atuar na prevenção e solução de conflitos.

A tecnologia do processo da Ouvidoria será representada pelos canais de acesso, layout em pagina virtual do site da Universidade, pelo Manual de Normas e Procedimentos e pelo software do Sistema de Informação da Ouvidoria, detalhados a seguir:

Canais de acesso - o cidadão/usuário/funcionário poderá se manifestar por meio de um dos canais de comunicação descritos a seguir:

Manifestação presencial - realizada diretamente na sede da UNCISAL no horário de funcionamento de Universidade. Após o registro da manifestação será disponibilizado ao usuário o número de protocolo para que possa acompanhar o processo.

Manifestação telefônica - realizado por meio de linha telefônica convencional independente. No ato da manifestação o atendente deverá alimentar a base de dados com scripts predefinidos fornecendo ao usuário o numero de protocolo para acompanhar o processo.

Manifestação por fax - uma linha 0800 deverá ser disponibilizada para manifestações via fax e terão tratamento semelhante ao da manifestação telefônica.

Manifestação via internet - a porta de entrada da Ouvidoria será via e-mail especifico ou em link no portal da UNCISAL onde constará um formulário-padrão. Após enviar a manifestação, o usuário receberá automaticamente em seu email o numero do registro para que possa acompanhar o processo. A Ouvidoria, por meio de software responsável pelo formulário, não poderá obter informações quanto à identificação do manifestante. Oportunamente poderá haver também conexão por meio de links em sites do Governo do Estado.

Manifestação via intranet - a porta de entrada da Ouvidoria deverá ser o portal da UNCISAL, no link especifico para servidores, ou em campo específico na Comunidade Virtual. O servidor receberá em seu e-mail pessoal o número de registro para que possa acompanhar o processo. A Ouvidoria, por meio de software responsável pelo formulário, não poderá obter informações quanto à identificação do manifestante. Oportunamente poderá haver também conexão por meio de links em sites oficiais do Governo do Estado.

Manifestações por caixas de sugestões - a Ouvidoria disponibilizará caixas de sugestões (feitas de material resistente, composta de abertura/travamento por meio de chave de posse da Ouvidoria e de cor destacável – preferencialmente de cor diferente da Instituição visando maior destaque) em todos os pontos de atendimento e em outros locais de grande circulação. Estas deverão ter identificação específica de que se trata de um canal direto de comunicação com a Ouvidoria da UNCISAL. Nos locais estará disponível formulário-padrão duplamente numerado com parte destacável para acompanhamento, pelo usuário, de sua manifestação ao longo do processo de gestão. Os deficientes visuais poderão ter acesso ao formulário em Braille.

A avaliação dos sistemas ocorrerá por meio de relatórios quinzenais internos e mensalmente apresentados a Reitoria. A avaliação do funcionamento se dará anualmente através de um questionário que deverá ser disponibilizado no site da UNCISAL com posterior análise por parte da reitoria.

Internamente serão realizados encontros mensais com ouvidores das unidades hospitalares Hospital Escola Hélvio Auto (HEHA), Maternidade Escola Sana Mônica (MESM) e Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR), já em funcionamento.

O software do sistema de Ouvidoria será um espaço virtual criado para receber e acompanhar exclusivamente, denúncia, sugestão, consulta ou elogio relativos aos serviços prestados pela UNCISAL. O usuário irá inserir sua manifestação diretamente no sistema sem a necessidade de intervenção de terceiros ou, caso utilize outro canal de acesso, caberá à Ouvidoria inserir posteriormente a manifestação no sistema para a devida providência.

Apostilas Solução

O software da Ouvidoria deverá conter ainda ferramenta de gestão, para uso exclusivo da equipe de Ouvidoria devidamente autorizada por meio de senha e login, de controle único e exclusivo do Ouvidor, que permitem: - Administração do sistema, das tabelas e cadastros;

- Acompanhamento do andamento dos tratamentos das manifestações;
- Manutenção do módulo de permissões – cria usuários e senhas de acesso, permissões de uso do sistema para diferentes perfis, dependendo das atribuições de cada operador;
- Elaboração de pesquisa de satisfação do cliente no encerramento do processo;
- Geração de relatórios Gerenciais tais como: controle de expiração da data de retorno de pareceres; distribuição das manifestações por vários parâmetros: relatórios estatísticos; relatório detalhado da avaliação dos questionários de pesquisa de satisfação.

A rede deverá ser protegida tecnicamente para evitar a ocorrência de vazamento ou registro indevido de informação. O usuário poderá acompanhar o andamento de sua manifestação por meio do sistema, utilizando o número de seu protocolo e uma senha de acesso, ou se preferir através de e-mail, telefone ou fax.

A divulgação na Instituição para a comunidade universitária será realizada através de banner, folder, faixas, formulários, treinamentos e seminários com representantes de cada Unidade a fim de dar ciência aos seus servidores do funcionamento da Ouvidoria.

2.10 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A UNCISAL, enquanto instituição pública e gratuita vem reafirmar seu compromisso social frente às demandas do Estado. Investe, portanto, na formação e valorização de recursos humanos de nível superior, predominantemente para o sistema de saúde, com a formação de médicos desde 1968 e de fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais há cerca de 12 anos. Há 5 anos ampliou a sua atuação com a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Radiologia, Processos Gerenciais, Análise e Desenvolvimento de Sistema, Sistemas Biomédicos e, mais recentemente, com a criação do curso de Enfermagem.

Desde 2009 a UNCISAL aderiu à Política de Ações Afirmativas através de cotas sociais, disponibilizando atualmente 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cursos de graduação para alunos oriundos da rede pública de ensino. Houve também a adesão da IES ao SiSU – Sistema de Seleção unificada, com oferta de vagas aos cursos tecnológicos em 2010 e 2011.

Dentre outras ações que reafirmam o compromisso social da UNCISAL pode ser citada a implementação da residência multiprofissional em saúde da família, capacitando cinco categorias profissionais para atuarem nos programas da Estratégia Saúde da Família. Dessa demanda surgem projetos de pesquisa e de intervenção voltados para a busca de soluções para os problemas e entraves ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população.

Além desta, outros programas residência visam formar profissionais em áreas específicas tais como: Residência Médica (Psiquiatria e Infectologia); Residência em Audiologia (a única no país); e Residência em Enfermagem (Emergência Geral e Atendimento Pré-hospitalar, Infectologia, Saúde da Criança e Neonatologia, Saúde da Mulher, Saúde Mental).

São também ações de relevante importância social os projetos de extensão que atuam na capital e em outras cidades do estado, buscando a melhoria da saúde, através de projetos que visam a educação para saúde e o desenvolvimento sustentável; a preparação de jovens oriundos de escolas públicas para ingressarem na universidade através de cursinho pré-vestibular gratuito (MEDENSINA); e a formação de profissionais técnicos e auxiliares de saúde para todo o estado de Alagoas, através da Escola Técnica Valéria Hora.

A responsabilidade social também tem se concretizado por meio do desenvolvimento de ações educativas e preventivas para grupos de baixa renda, grupos da melhor idade através da universidade da terceira idade, abordando a preservação do meio ambiente, desenvolvimento profissional, na geração de renda e qualidade de vida.

A participação ativa de docentes, discentes e técnicos administrativos da Instituição em fóruns, conselhos e comissões que definem e buscam o controle social das políticas publicas de saúde e educação caracteriza-se também como uma forma de comprometimento social da instituição.

Podemos também destacar a atuação dos hospitais escola: Hospital Escola Hélvio Auto, referência para o Estado de Alagoas em Doenças Infectocontagiosas; Maternidade Escola Santa Mônica, responsável pelo atendimento obstétrico de parturientes de alto risco; e Hospital Escola Portugal Ramalho, referência para o Estado na área de Psiquiatria e atendimento à dependência de álcool e drogas.

Juntos atendem a uma demanda de 420 leitos e são responsáveis por volta de 15% do atendimento à saúde do Estado de Alagoas.

Além dos Hospitais de ensino, a UNCISAL conta com o Laboratório de Patologia Clínica, que atende aos hospitais da rede pública do Estado de Alagoas;Serviço de Verificação de Óbito, única referência para o Estado; e as Clínicas Escola de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, que realizam aproroximadamente mais de um mil e quinhentos procedimentos mensais, todas integrantes do Sistema Único de Saúde.

Apostilas Solução